



BANESTES SEGUROS S.A.

Rua Cassiano Antonio Moraes, 60 - Enseada do Suá - Vitória - ES

CNPJ: 27.053.230/0001-75

www.banestesseguros.com.br

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Apresentamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Banestes Seguros S.A. referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023 acompanhadas das respectivas Notas Explicativas, de acordo com as disposições legais e estatutárias.

Conjuntura Econômica

De maneira geral, a economia global está se recuperando dos tempos de pandemia e, caso não se agravem os conflitos na Europa e no Oriente Médio, podemos esperar a manutenção do crescimento do PIB e a queda dos preços. Referente a economia nacional, o PIB crescente, a melhora no mercado de trabalho e no comércio internacional animam o cenário futuro, mesmo a contraponto do baixo nível de investimento doméstico e do elevado déficit primário.

O cenário internacional melhorou, mas ainda se mantém pessimista em relação à manutenção dos indicadores no médio prazo. O otimismo provém da performance econômica dos Estados Unidos, cujo resultado ficou acima das expectativas do mercado, e também pela queda da inflação de maneira generalizada, reduzindo tanto os custos com matéria-prima quanto os gastos das famílias com alimentos e moradia. Mais além, os choques econômicos provocados pela Covid-19 dão sinais de esgotamento, visto que os excessos de demanda apresentados no tempo pós-pandemia têm se arrefecido, dando mais horizonte de previsibilidade para a aplicação de políticas econômicas.

Entretanto, o viés negativo ainda se perpetua, pois o nível de endividamento dos países está em patamares superiores aos observados antes da pandemia, o baixo crescimento da Zona do Euro ainda se perpetua e os conflitos armados com países exportadores de petróleo e gás (Rússia e Oriente Médio) podem elevar significativamente os custos dos combustíveis e desencadear nova crise no continente, podendo impactar negativamente o PIB mundial.

Já a economia doméstica apresenta indicadores positivos em sua maioria, porém com desafios pendentes tão importantes quanto os recordes conquistados. A estimativa do crescimento do PIB em 2023 é 2,92% de acordo com o Boletim Focus e observamos recordes dentro do comércio internacional, com o maior valor já exportado e o melhor resultado da balança comercial desde 1989, apesar da contração dos preços das commodities e da cotação do Dólar. A inflação segue o movimento internacional de queda. Atingiu 4,62% em 2023 e terminou o ano dentro da meta, mesmo com o déficit de 2,0% das contas públicas. O mercado de trabalho também segue tendo bons resultados. A taxa de desemprego (7,5%) está a patamares visto somente em 2015, enquanto que a quantidade de assalariados com carteira assinada é recorde na série histórica da PNAD Contínua.

Para o mercado segurador, segundo a Confederação Nacional das Seguradoras (CNSeg), a expectativa para o fechamento do ano de 2023 é que o setor atinja um faturamento de R\$ 663 bilhões, registrando um avanço de 10,4% em todos os segmentos, o maior da história do setor. Esse aumento representa uma elevação de 1 p.p. em relação à projeção divulgada em setembro deste ano. Com isso, serão dois anos consecutivos de crescimento a uma taxa de dois dígitos. Para 2024, a CNSeg estima crescimento de 11,7% do setor, com destaque para o segmento de Danos e Responsabilidades que deve subir 16,8%, enquanto a Capitalização 13%, a Cobertura de Pessoas (seguros de Vida e Planos de Previdência) 8,4%, e, para Saúde Suplementar, a projeção é de 11,9%. A entidade também estima que o setor segurador tenha uma participação de 6,2% no PIB nacional até o final do próximo ano.

Para 2024, há previsões otimistas para o setor Rural, com uma estimativa de aumento de 23,1%, superando em 18,1 p.p. a projeção para o restante de 2023. Automóvel e o Crédito e Garantia também seguem com taxas positivas de crescimento de 16,1% e 20,0%, respectivamente.

Resultado do Exercício de 2023 - Nosso desempenho

Prêmios e Contribuições - Os prêmios ganhos dos produtos emitidos diretamente pela Seguradora, totalizaram R\$348,3 milhões, importando um acréscimo de R\$82,6 milhões, que equivale a 31,1% de aumento em relação ao auferido no exercício de 2022. Destaque para o crescimento ocorrido nas carteiras de automóvel com 50,3% e vida, com incremento de 16,2%.

Despesas Administrativas - As despesas administrativas totalizaram R\$34,8 milhões no exercício de 2023, representando um acréscimo de 17,2% em relação ao exercício de 2022, devido principalmente ao reajuste da convenção coletiva de trabalho e adequação do quadro de pessoal, bem como a reclassificação das despesas com convênio de cooperação técnica de outras despesas. O índice de despesas administrativas sobre o prêmio ganho foi de 10% (9,6% no exercício de 2021).

Resultado Financeiro - O resultado financeiro totalizou R\$ 16,9 milhões no exercício de 2023, representando um aumento de 21,3% em relação ao exercício de 2022, ou, R\$2,9 milhões em valores absolutos.

O total de aplicações da Seguradora, constituídas por títulos públicos, operações compromissadas em títulos públicos e fundos de investimentos, também atrelados a títulos de governo, atingiu o montante de R\$266,7 milhões, que deste total, R\$ 100 milhões foram incrementados pelo aporte de capital pelo acionista único em dezembro/2023, com impacto na receita financeira no exercício em R\$ 0,7 milhões. As provisões técnicas somam R\$142,8 milhões (R\$155,4 milhões em dezembro de 2022), que deduzidos dos ativos redutores, apresentam total a ser coberto no valor de R\$91,5 milhões (R\$98 milhões em dezembro de 2022).

Os ativos financeiros dados em cobertura dos ramos próprios demonstram um excedente de garantia na ordem de R\$35,1 milhões (R\$17,4 milhões em dezembro de 2022), demonstrando nossa liquidez perante o mercado e o órgão supervisor.

Os recursos financeiros são administrados adotando-se as melhores práticas de gestão, garantindo a capacidade financeira em honrar todos os seus compromissos em conformidade com os preceitos da Circular SUSEP nº 648/2021 e alterações posteriores, classificando-os em "disponíveis para venda", "valor justo por meio do resultado" e "mantidos até o vencimento".

Sinistralidade - Este índice representa a relação de sinistros ocorridos sobre os prêmios ganhos. No exercício de 2023 o índice ficou em 51%, contra 53,5% em 2022, apresentando uma redução de 4,7%.

Índice Combinado - O índice combinado no exercício de 2023, que afere a representatividade dos custos operacionais totais em relação aos prêmios ganhos e receitas com produtos em regime de capitalização, foi de 0,8780 (0,9019 no exercício de 2022).

Índice Combinado Ampliado - O índice combinado ampliado no exercício de 2023, que afere a representatividade dos custos operacionais totais em relação aos prêmios ganhos, receitas com produtos em regime de capitalização e resultado financeiro, foi de 0,8373 (0,8569 no exercício de 2022).

Lucro Líquido - No exercício de 2023, após os impostos, contribuições e participações dos empregados no resultado, o lucro líquido foi de R\$34,2 milhões (R\$22,5 milhões em 2022), com aumento de 51,8% quando comparado ao lucro do mesmo período de 2022, demonstrando o maior resultado apurado pela Seguradora.

Patrimônio Líquido - O Patrimônio Líquido apurado foi de R\$227,2 milhões (R\$98,5 milhões em dezembro de 2022), representando um acréscimo de 130,7%, justificado por ato do acionista integral, no aporte de capital de R\$ 100 milhões, integralmente liquidado em dezembro/2023. Assim, a Seguradora apresentou rentabilidade nominal efetiva sobre o PL de 21%, apurado pela relação entre o lucro líquido dos últimos 12 meses e o patrimônio líquido médio, registrado em 31/12/2023 e 31/12/2022.

Capital Mínimo Requerido - Ficou em R\$62,7 milhões, apresentando uma suficiência de R\$175,3 milhões em relação ao PL ajustado de R\$238 milhões, que representa 279% acima do mínimo exigido pelo órgão supervisor.

Distribuição de Resultados - Seguindo a política aprovada pelo acionista único, foi distribuído 25% em dividendos, conforme determina no estatuto social, que resultou no valor de R\$8,1 milhões.

Fatos de Mercado - A BANESTES Seguros é uma das 50 maiores seguradoras do Brasil, de acordo com o ranking anual Valor 1000, na edição de 2023 do jornal Valor Econômico e pelo anuário Finaças Mais - edição 2023, do jornal "O Estado de São Paulo", quando se trata de vida e previdência. No mercado capixaba, a Seguradora é líder e tem seus produtos comercializados na rede de agências BANESTES e em parceria com cerca de 400 corretores de seguro do Estado. A Seguradora tem como meta oferecer o melhor atendimento e um amplo portfólio de produtos, sempre atenta às necessidades de seus segurados, promovendo uma proteção ainda mais completa e eficiente. Buscando a melhoria contínua dos produtos e processos, a Seguradora investiu na inovação e na gestão de projetos sustentados por iniciativas de infraestrutura e governança em TI. Reconheceu talentos, investiu no desenvolvimento de sua liderança interna, incentivou mudanças em sua cultura organizacional, melhorou a comunicação entre as equipes e estimulou seus colaboradores ao engajamento no cumprimento das metas.

Agradecimentos

Agradecemos ao Governo do Estado do Espírito Santo e ao Banestes S.A. pela confiança depositada, bem como às instituições com as quais a Banestes Seguros S.A. mantém relacionamento, que contribuíram para o alcance dos objetivos da Seguradora, em especial aos segurados, corretores de seguros, prestadores de serviços, rede de agências do Banestes, colaboradores e representantes da SUSEP. A Diretoria.

BALANÇO PATRIMONIAL

Em milhares de reais

ATIVO	Nota	31/12/2023	31/12/2022
CIRCULANTE		292.065	176.394
Disponível		2.357	2.640
Caixa e bancos	5	2.357	2.640
Aplicações	6	141.478	33.943
Créditos das operações com seguros e resseguros	7	88.467	87.875
Prêmios a receber	7.1	62.911	69.124
Operações com resseguradoras	7.4	25.556	18.751
Outros créditos operacionais		17.614	14.834
Ativos de resseguro e retrocessão	8	1.468	1.059
Títulos e créditos a receber		7.543	3.849
Títulos e créditos a receber		4.483	2.677
Créditos tributários e previdenciários	9	1.782	
Outros créditos		1.278	1.172
Outros valores e bens	10	12.185	9.056
Bens a venda		8.305	5.893
Outros Valores		3.880	3.163
Despesas antecipadas		176	494
Custos de aquisição diferidos	11	20.777	22.644
Seguros		20.777	22.644
ATIVO NÃO CIRCULANTE		140.843	141.938
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		136.683	137.796
Aplicações	6	125.245	126.119
Títulos e créditos a receber		11.438	11.677
Créditos tributários e previdenciários	9	847	2.524
Depósitos judiciais e fiscais	12	9.595	9.153
Outros valores e bens	13	996	-
Investimentos	14	536	686
Participações societárias		258	258
Imóveis destinados à renda		275	425
Outros investimentos		3	3
Imobilizado	15	1.536	1.332
Bens móveis		767	450
Outras imobilizações		769	882
Intangível		2.088	2.124
Outros intangíveis		2.088	2.124
TOTAL DO ATIVO		432.908	318.332

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Em milhares de reais

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Prêmios emitidos	25.1	334.273	323.609
(-) Variações das provisões técnicas de prêmios	25.2	14.046	(57.852)
(=) Prêmios ganhos	25.3	348.319	265.757
(-) Sinistros ocorridos	25.4	(177.651)	(142.183)
(-) Custos de aquisição	25.5	(68.037)	(52.420)
(+) Rendas de contribuições e prêmios	25.6	-	353
(-) Constituição da provisão de benefícios a conceder	25.2.2	-	(190)
(=) Receitas de contribuições e prêmios de VGBL	25.7	-	163
(+) Rendas com taxas de gestão e outras taxas		-	30
(-) Outras receitas e despesas operacionais	25.8	(13.281)	(17.410)
(=) Resultado com resseguro	25.9	(2.126)	6.077
(+) Receitas com resseguro		11.183	12.650
(-) Despesas com resseguro		(13.309)	(6.573)
(-) Despesas administrativas	25.10	(34.849)	(25.444)
(-) Despesas com tributos	25.11	(9.874)	(8.472)
(+) Resultado financeiro	25.12	16.945	13.968
(+) Resultado patrimonial	25.13	685	571
(=) Resultado operacional	25.14	60.131	40.637
(+) Ganhos ou perdas com ativos não correntes		(131)	(231)
(=) Resultado antes dos impostos e participações	25.15	60.000	40.406
(-) Imposto de renda	27	(13.684)	(9.093)
(-) Contribuição social	27	(8.349)	(5.694)
(-) Participação sobre o resultado		(3.777)	(3.101)
(=) Lucro líquido do exercício	27.1	34.190	22.518
(/) Quantidade de ações		1.435.647	14.791.405.093
(=) Lucro líquido por ação em R\$ 1,00	27.2	23,82	0,00152

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Em milhares de reais

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido do exercício		34.190	22.518
Ajustes de avaliação patrimonial			
Títulos e Valores Mobiliários disponíveis para venda		4.428	(2.933)
Efeitos tributários sobre os resultados abrangentes		(1.771)	1.173
Resultados abrangentes		2.657	(1.760)
Total dos resultados abrangentes		36.847	20.758

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	31/12/2023	31/12/2022
CIRCULANTE		200.880	216.141
Contas a pagar		42.285	45.057
Obrigações a pagar	17.1	35.108	37.111
Impostos e encargos sociais a recolher	17.2	5.138	5.625
Encargos trabalhistas	21.1	1.312	1.281
Impostos e contribuições	21.2	600	927
Outras contas a pagar		127	113
Débitos de operações com seguros e resseguros		13.284	12.433
Prêmios a restituir		667	534
Operações com resseguradora	18	9.441	9.158
Corretores de seguros e resseguros		3.015	2.673
Outros débitos operacionais		161	68
Depósitos de terceiros	19	2.212	3.294
Provisões técnicas - seguros	20.1	142.803	155.357
Danos		116.761	130.543
Pessoas		26.042	24.814
Outros débitos	23	296	-
NÃO CIRCULANTE		4.847	3.736
Contas a pagar		2.712	2.651
Tributos diferidos	9	1.982	1.861
Obrigações a pagar		730	790
Outros débitos		2.135	1.085
Provisões judiciais	22	1.308	1.085
Outros débitos	23	827	-
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	24	227.181	98.455
Capital social		86.326	86.326
Aumento de capital em aprovação		100.000	-
Reservas de reavaliação		-	12
Reservas de lucros		41.297	15.216
Ajustes de avaliação patrimonial		(442)	(3.099)
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		432.908	318.332

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO

Em milhares de reais

	31/12/2023	31/12/2022
Atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	34.190	22.518
Ajustes para:		
Depreciações e amortizações	1.872	937
Redução ao valor recuperável	1.093	25
Perda (Ganho) na alienação de imobilizado e intangível	130	231
Variação nas contas patrimoniais		
Ativos financeiros	(106.661)	(9.115)
Créditos nas operações de seguros e resseguros	(3.383)	(60.146)
Ativos de resseguros	(409)	(368)
Créditos fiscais e previdenciários	(104)	(1.216)
Depósitos judiciais e fiscais	(441)	(612)
Despesas antecipadas	318	(273)
Custos de aquisição diferidos	1.867	(10.869)
Outros ativos	(6.123)	(4.864)
Outras contas a pagar	4.469	14.564
Impostos e contribuições	(327)	(492)
Débitos de operações com seguros e resseguros	851	1.916
Depósitos de terceiros	(1.081)	1.344
Provisões técnicas - seguros e resseguros	(12.554)	68.629
Provisões judiciais	224	81
Outros passivos	2.657	(1.759)
Caixa Gerado nas Atividades Operacionais	(83.412)	20.531
Atividades de investimento		
Pagamento pela compra de ativo permanente:	(1.113)	(1.007)
Imobilizado	(477)	(156)
Intangível	(636)	(850)
Recebimento pela venda de ativo permanente:	-	3
Investimento	-	-
Imobilizado	-	3
Caixa Líquido Consumido nas Atividades de Investimentos	(1.113)	(1,004)
Atividades de financiamento		
Aumento de capital	100.000	-
Distribuição de dividendos	(14.975)	(18.460)
Pagamento de arrendamento	(783)	-
Caixa Líquido Consumido pelas Atividades de Financiamento	84.242	(18,460)
Aumento/Redução Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	(283)	1,067
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	2.640	1.573
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	2.357	2.640
Aumento/Redução Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	(283)	838

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

continua...



Assinado Digitalmente por: NASSAU EDITORA RADIO E TV LTDA EM RECUPERAÇÃO JUD:2706515000130 - Em: 28/02/2024

Certificado emitido por: CN=AC CONSULTI BRASIL RFB, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, O=ICP-Brasil, C=BR

Acesse: <https://tribunaonline.com.br/validador-iti> caso deseje validar a assinatura!

BANESTES SEGUROS S.A.						
Rua Cassiano Antonio Moraes, 60 - Enseada do Suá - Vitória - ES						
CNPJ: 27.053.230/0001-75						
www.banestesseguros.com.br						
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO						
Em milhares de reais						
	Capital Social	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2022	86.326	12	24.218	(1.339)	-	109.217
Reserva de reavaliação:						
Realização líquida de impostos	-	-	-	-	-	-
Ajuste de avaliação patrimonial - TVM	-	-	-	(1.760)	-	(1.760)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	22.518	22.518
Proposta p/ distribuição do resultado:						
Reserva Legal	-	-	1.126	-	(1.126)	-
Reserva Estatutária	-	-	6.418	-	(6.418)	-
Dividendos	-	-	(16.546)	-	(14.974)	(31.520)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	86.326	12	15.216	(3.099)	-	98.455
Aumento/Diminuição de capital em aprovação						
AGE em 05/12/2023 - ne 24.1	100.000					100.000
Reserva de reavaliação:						
Realização líquida de impostos		(12)			12	-
Ajuste de avaliação patrimonial - TVM				2.657		2.657
Lucro líquido do exercício					34.190	34.190
Proposta p/ distribuição do resultado:						
Reserva Legal			1.709		(1.709)	-
Reserva Estatutária			24.372		(24.372)	-
Dividendos					(8.121)	(8.121)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	186.326	-	41.297	(442)	-	227.181

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS									
Em 31 de dezembro de 2023									
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)									
<p>1. Contexto operacional</p> <p>A BANESTES SEGUROS S.A. (Seguradora) é uma sociedade de capital fechado, com sede na Rua Cassiano Antônio Moraes, 60, Enseada do Suá, Vitória - ES. Seu objetivo consiste na exploração das operações de seguros de danos e pessoas, com foco nos ramos automóveis, residencial, prestamista, vida, acidentes pessoais nas seguintes unidades federativas do ES, MG, BA e RJ.</p> <p>A Seguradora é controlada pelo Banco do Estado do Espírito Santo (BANESTES S.A.), com participação integral no capital social.</p> <p>2. Apresentação das demonstrações financeiras</p> <p>As Demonstrações Financeiras da Seguradora foram elaboradas e preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e em consonância com a Circular nº 648, de 12 de novembro de 2021, e alterações posteriores, incluindo os pronunciamentos contábeis, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que tenham sido referendadas pela SUSEP e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. Essas Demonstrações Financeiras foram aprovadas pela diretoria da Seguradora em 19 de fevereiro de 2024.</p> <p>2.1. Base de preparação</p> <p>As Demonstrações Financeiras pressupõem a continuidade dos negócios em curso normal e foram elaboradas considerando o custo histórico, com exceção do que segue:</p> <ul style="list-style-type: none"> Ativos financeiros, classificados ao valor justo por meio do resultado e disponíveis para venda. Provisões técnicas, mensuradas de acordo com as determinações da SUSEP. <p>2.2. Moeda funcional e de apresentação</p> <p>A moeda do ambiente econômico principal no qual a Seguradora atua utilizada na preparação das Demonstrações Financeiras é o Real (R\$). Exceto quando expressamente mencionado, os valores estão apresentados em milhares de reais, arredondados para a casa decimal mais próxima.</p> <p>2.3. Estimativas contábeis significativas e julgamentos</p> <p>A preparação das Demonstrações Financeiras exige que a administração utilize certas estimativas, julgamentos e premissas, em que se baseia na experiência histórica e em outros fatores, incluindo-se expectativas de eventos futuros, para o registro de determinadas transações que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas e são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas.</p> <p>Itens significativos cujos valores são determinados com base em estimativa são as provisões técnicas, provisões judiciais e créditos tributários.</p> <p>3. Resumo das principais políticas contábeis</p> <p>As políticas contábeis discriminadas abaixo foram aplicadas em todos os períodos apresentados nas Demonstrações Financeiras e têm sido aplicadas de forma consistente pela Seguradora.</p> <p>3.1. Caixa e equivalentes de caixa</p> <p>Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa e investimentos financeiros em moeda nacional e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo, sendo utilizados pela Seguradora para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo, estando assim compreendidos na rubrica "caixa e bancos".</p> <p>3.2. Ativos financeiros</p> <p>Os ativos financeiros são classificados segundo a intenção da Administração nas seguintes categorias: empréstimos e recebíveis, valor justo por meio do resultado, mantidos até o vencimento e disponíveis para venda.</p> <p>3.2.1. Empréstimos e recebíveis</p> <p>Compreendem substancialmente os "Prêmios a Receber", onde o valor de mercado é igual ao valor contábil registrado, conforme determinado pelo órgão regulador, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Em caso de não pagamento de prêmios de seguros fracionados e em parcela única, a Seguradora adota como procedimento para cancelamento as regras estabelecidas pela Circular SUSEP nº 621, de 12 de fevereiro de 2021.</p> <p>3.2.2. Valor justo por meio do resultado</p> <p>Representados por títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. Esses títulos são avaliados pelo valor de mercado computando-se a valorização ou a desvalorização em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa no resultado do período.</p> <p>3.2.3. Mantidos até o vencimento</p> <p>Representados por títulos e valores mobiliários para os quais haja intenção e capacidade financeira de mantê-los em carteira até o vencimento. Esses títulos são avaliados pelos respectivos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos, os quais devem impactar o resultado do período.</p> <p>3.2.4. Disponíveis para venda</p> <p>Representados por títulos e valores mobiliários que não se enquadram nas categorias títulos para negociação e títulos mantidos até o vencimento. Esses títulos são avaliados pelo valor de mercado computando-se a valorização ou a desvalorização em contrapartida a conta destacada do Patrimônio Líquido, pelo valor líquido dos efeitos tributários.</p> <p>3.3. Redução ao valor recuperável de ativos financeiros - "Impairment"</p> <p>Na data do balanço é avaliado se há evidência objetiva de perda de valor para um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros. A evidência objetiva de que os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado até o valor da perda reconhecida.</p> <p>A redução ao valor recuperável nos ativos financeiros disponíveis para venda é feita por meio de reclassificação da perda cumulativa, que foi reconhecida em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido para o resultado. A perda cumulativa reclassificada é a diferença entre o custo de aquisição, líquido de qualquer reembolso e amortização de principal, e o valor justo atual, decrescido de qualquer redução por perda de valor recuperável previamente reconhecida no resultado. Uma perda por <i>impairment</i> é revertida se houver mudança nas estimativas utilizadas para se determinar o valor recuperável e é revertida somente na extensão em que o valor de contabilização do ativo não exceda o valor de contabilização que teria sido determinado, líquido de depreciação e amortização.</p> <p>3.4. Valor justo dos ativos financeiros</p> <p>O valor justo dos investimentos com cotação pública é registrado com base em preço de negociação. O valor justo dos ativos financeiros é apurado da seguinte forma: os preços são definidos ou acompanhados conforme segue: (i) Títulos públicos têm seus valores apurados com base nos preços de mercado secundário divulgados pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA) e (ii) Debêntures e Letra Financeira Subordinada (LFS) são registrados ao custo, acrescido dos rendimentos incorridos, que se aproximam de seu valor justo; as quotas de fundos de investimento abertos são valorizadas pelo valor da quota informado pelos administradores dos fundos na data de encerramento das Demonstrações Financeiras; os ativos dos fundos de investimento são ajustados ao valor justo, em consonância com a regulamentação específica aplicável a essas entidades.</p> <p>3.5. Passivos financeiros</p> <p>O reconhecimento de um passivo financeiro no balanço patrimonial é efetuado quando for provável que uma saída de recursos seja exigida em liquidação de uma obrigação contratual de determinada importância em moeda ou em instrumentos financeiros. Os passivos financeiros contemplam substancialmente débitos de operações de seguros, resseguros e dividendos.</p> <p>3.6. Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros - "Impairment"</p> <p>Os valores de contabilização dos ativos não financeiros são avaliados a cada data de balanço para determinar se há alguma indicação de <i>impairment</i>. Caso haja tal indicação, é estimado o valor recuperável do ativo.</p> <p>É reconhecida uma perda por <i>impairment</i> no montante pelo qual o valor contábil do ativo exceda seu valor recuperável, que é o maior valor entre o preço líquido de venda e seu valor de uso.</p> <p>Uma perda por <i>impairment</i> é revertida se houver mudança nas estimativas utilizadas para determinação do valor recuperável e é revertida somente na extensão em que o valor de contabilização do ativo não exceda o valor de contabilização que teria sido determinado, líquido de depreciação e amortização.</p> <p>3.7. Créditos das operações de seguros</p> <p>Os prêmios a receber e os respectivos custos de aquisição diferidos são registrados deduzidos dos juros a apropriar, que são reconhecidos em resultado financeiro de acordo com o prazo de parcelamento dos prêmios. A provisão para risco de crédito é constituída para as apólices e/ou endossos que estejam vencidos há mais de 60 dias.</p> <p>Os montantes das provisões constituídas são julgados suficientes pela Administração para fazer face às eventuais perdas na realização de créditos e contas a receber.</p>	<p>3.8. Outros valores e bens - Salvados</p> <p>Contempla substancialmente o registro de bens patrimoniais já ressarcidos aos segurados, porém recuperados, avaliados ao valor justo. Os bens são mensalmente levados a leilão público.</p> <p>3.9. Investimentos</p> <p>Os investimentos estão reconhecidos pelo valor de custo por conta da participação da Seguradora não atingir os níveis mínimos para reconhecimento pelo método de equivalência patrimonial. Referem-se às participações societárias na Seguradora Líder dos Consórcios DPVAT S.A. e obras de arte.</p> <p>3.10. Imóveis destinados à renda</p> <p>Denominação atribuída aos imóveis próprios da Seguradora cuja finalidade é obter renda através da locação imobiliária. O imóvel destinado à renda foi registrado pelo custo histórico de aquisição menos a depreciação acumulada, calculada com base na vida útil estimada em 25 anos, e perdas por <i>impairment</i> acumuladas, quando aplicável.</p> <p>Os ganhos e perdas na alienação de imóveis destinados à renda são registrados na demonstração do resultado como Ganhos e Perdas com Ativos Não Correntes.</p> <p>3.11. Imobilizado</p> <p>O ativo imobilizado é avaliado pelo custo histórico de aquisição menos a depreciação acumulada e perdas por <i>impairment</i> acumuladas, quando aplicável. Esse custo inclui as despesas diretamente atribuíveis à aquisição do ativo. O software adquirido como parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento. Os ganhos e perdas decorrentes da alienação de um ativo imobilizado são apurados através da comparação entre os recursos financeiros obtidos com a venda e o valor contábil líquido do ativo imobilizado, reconhecidos no resultado do exercício. O valor contábil de um item do ativo imobilizado é baixado imediatamente se o valor recuperável do ativo é inferior ao seu valor contábil.</p> <p>O custo de substituir parte de um item do imobilizado é reconhecido no valor do bem quando for provável que seus benefícios econômicos futuros sejam revertidos para a Seguradora e o seu custo for mensurado de maneira confiável. Os custos de reparos rotineiros do imobilizado são reconhecidos no resultado à medida que são incorridos.</p> <p>Quando os principais componentes de um item do imobilizado possuem diferentes vidas úteis, são contabilizados como itens separados. A depreciação é reconhecida no resultado pelo método linear, considerando a vida útil econômica estimada dos ativos. Terrenos não são depreciados.</p> <p>As vidas úteis estimadas são as seguintes:</p> <table border="1"> <tr> <td>Imóveis de uso</td> <td>25 anos</td> </tr> <tr> <td>Sistemas de comunicação</td> <td>10 anos</td> </tr> <tr> <td>Equipamentos de informática, sistemas de processamento de dados</td> <td>5 anos</td> </tr> <tr> <td>Móveis, equipamentos e instalações</td> <td>10 anos</td> </tr> </table> <p>3.12. Intangíveis</p> <p>São ativos não monetários identificáveis sem substância física, decorrentes da aquisição de softwares, capazes de gerar benefícios econômicos para a Seguradora. Esses softwares são registrados ao custo, deduzidos das amortizações acumuladas e de perdas por redução do seu valor recuperável.</p> <p>Despesas subsequentes com softwares são capitalizadas somente quando aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados no ativo específico a que se referem. Todas as demais despesas são contabilizadas diretamente no resultado à medida que são incorridas.</p> <p>A amortização é reconhecida no resultado pelo método linear durante a vida útil estimada do software, a partir da data da sua disponibilidade para uso. A vida útil estimada dos softwares mantidos pela Seguradora é de cinco anos.</p> <p>3.13. Provisões técnicas - Seguros</p> <p>As provisões técnicas são constituídas e calculadas de acordo com as determinações e critérios estabelecidos na Resolução CNSP nº 432/2021 e ainda pelas determinações constantes na Circular SUSEP nº 648/2021, bem como as suas atualizações. As provisões são calculadas com base em critérios, parâmetros e fórmulas documentados em Notas Técnicas Atuariais (NTA), devidamente produzidas por atuariário responsável e revisadas por auditoria atuarial independente, descritas a seguir:</p> <p>3.13.1. Provisão de Prêmios Não Ganhos - PPNG</p> <p>Constituída para a cobertura dos sinistros a ocorrer, considerando indenizações e despesas relacionadas dos prazos a decorrer referentes aos riscos emitidos na data-base de cálculo. O cálculo da PPNG apura a parcela de prêmios não ganhos relativa ao período de cobertura do risco, em cada ramo, por meio de cálculos individuais por apólice ou endosso representativos de todos os contratos de seguro em vigor no mês de sua constituição. Os custos de aquisição diferidos (CAD) são representados tão somente pelas despesas vinculadas, de forma direta, aos prêmios não ganhos com as mesmas premissas e prazos de cálculo da PPNG.</p> <p>3.13.2. Provisão de Prêmios Não Ganhos - Riscos Vigentes Não Emitidos (PPNG/RVNE)</p> <p>A provisão de prêmios não ganhos dos riscos vigentes, mas não emitidos (PPNG/RVNE) representa o ajuste da PPNG dada a existência de riscos assumidos pela Seguradora cuja apólice ainda não foi emitida.</p> <p>3.13.3. Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL)</p> <p>A provisão de sinistros a liquidar é constituída por estimativas de pagamentos prováveis, com base nos avisos de sinistros recebidos até a data das Demonstrações Financeiras.</p> <p>A provisão de sinistros a liquidar em discussão judicial (PSLJ) inclui estimativa para cobrir o pagamento de indenizações, acrescida de juros e atualização monetária, e tem por base as notificações de ajustamento recebidas até a data do balanço. Sua constituição é feita por área própria da Seguradora e leva em consideração a média histórica dos processos cíveis relacionados a sinistros.</p> <p>3.13.4. Provisão de Sinistros Ocorridos e Não Suficientemente Avisados (IBNER)</p> <p>A provisão de sinistros ocorridos e não suficientemente avisados (IBNER) é constituída, por meio de estimativa atuarial, para a cobertura do desenvolvimento dos sinistros avisados e ainda não pagos, cujos valores poderão ser alterados ao longo do processo até a sua liquidação final, na data-base de cálculo, de acordo com a responsabilidade da Seguradora.</p> <p>3.13.5. Provisão de Sinistros Ocorridos e Não Avisados (IBNR)</p> <p>Esta provisão, constituída para os seguros de danos e pessoas, visa à cobertura de sinistros ocorridos e ainda não avisados até a data-base de cálculo, considerando indenizações e despesas relacionadas, de acordo com a responsabilidade retida pela Seguradora, sendo calculada com base em nota técnica atuarial (NTA).</p> <p>3.13.6. Teste de Adequação de Passivos (TAP)</p> <p>Para atender aos padrões requeridos pelo CPC 11 e as normas estabelecidas pela citada Circular SUSEP nº 648/2021 e alterações posteriores, as seguradoras estão obrigadas a avaliar a devida adequação de seus passivos em reservas técnicas para as obrigações decorrentes dos contratos de planos de seguro em curso na data-base de cada apresentação das Demonstrações Financeiras anuais e intermediárias.</p> <p>A referida avaliação é feita utilizando estimativas correntes de fluxos de caixas futuros para as obrigações decorrentes dos contratos de seguros. Existindo diferença positiva entre o valor das estimativas correntes dos fluxos de caixa e a soma do saldo contábil das provisões técnicas, inclusive dedução dos custos de aquisição diferidas e ativos intangíveis, caberá à Seguradora reconhecer a <i>Provisão Complementar de Cobertura (PCC)</i>.</p> <p>A Seguradora, considerando as premissas definidas por normativos e as similaridades dos riscos expostos em seus contratos, promoveu a avaliação levando em conta as seguintes segregações:</p> <p>(1) Quanto à estruturação financeira: Riscos estruturados no regime de repartição simples. A Seguradora não opera no regime de repartição de capitais e capitalização;</p> <p>(2) Quanto às carteiras dos produtos: Riscos para produtos de danos; riscos para produtos de pessoas sem cobertura para sobrevivência; e riscos em produtos de ramos não mais comercializados (<i>run-off</i>);</p> <p>(3) Quanto aos lançamentos contábeis das provisões: Avaliação para sinistros já ocorridos e previstos através das provisões de PSL, IBNR e IBNER; avaliação para sinistros que irão ocorrer oriundos de prêmios já registrados e amparados através das provisões de PPNG-RVE e RVNE; e avaliação para sinistros que irão ocorrer oriundos de prêmios ainda não registrados e que são amparados através de prêmios a receber em apólices plurianuais de coberturas mensais em contratos sem cobertura de sobrevivência.</p> <p>Em todas as avaliações a Seguradora considera apropriação de valores decorrentes de despesas diretas dos sinistros (<i>Allocated Loss Adjustment Expenses - ALAE</i>); despesas indiretas dos sinistros (<i>Unallocated Loss Adjustment Expenses - ULAE</i>); bem como prováveis recuperações com salvados e ressarcimentos nos ramos em que isto se faz possível.</p> <p>As bases das avaliações dos fluxos de caixa levam em conta valores nominais, trazidos a valor presente pelas taxas a termo de ETTJ, fornecida pela SUSEP e ANBIMA, sendo o cupom de IGP-M.</p> <p>Em virtude do direcionamento do esforço de vendas do seguro de pessoas estar voltado exclusivamente ao mercado capixaba, os produtos comercializados apresentam o carregamento e à despesa de comercialização variáveis, visando manter o equilíbrio atuarial da carteira. A tábua utilizada é a AT-83 Male, com taxa de juros de 6% a.a.</p>	Imóveis de uso	25 anos	Sistemas de comunicação	10 anos	Equipamentos de informática, sistemas de processamento de dados	5 anos	Móveis, equipamentos e instalações	10 anos
Imóveis de uso	25 anos								
Sistemas de comunicação	10 anos								
Equipamentos de informática, sistemas de processamento de dados	5 anos								
Móveis, equipamentos e instalações	10 anos								

continua...



Assinado Digitalmente por: NASSAU EDITORA RADIO E TV LTDA EM RECUPERACAO JUD:2706515000130 - Em: 28/02/2024

Certificado emitido por: CN=AC CONSULTI BRASIL RFB, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, O=ICP-Brasil, C=BR

Acesse: <https://tribunaonline.com.br/validador-iti> caso deseje validar a assinatura!

...continuação		BANESTES SEGUROS S.A.																																
		Rua Cassiano Antonio Moraes, 60 - Enseada do Suá - Vitória - ES CNPJ: 27.053.230/0001-75																																
		www.banestesseguros.com.br																																
<p>Na base dos contratos para garantia de riscos sem cobertura por sobrevivência e para sinistros a ocorrer, os critérios para avaliação dos passivos futuros são feitos a partir de índices de sinistralidade média dos últimos 12 meses atualizados para os produtos de danos e pessoas. Na base de contratos para garantia de riscos com cobertura de sobrevivência, os critérios para avaliação dos passivos futuros são feitos utilizando-se por contrato individual a aplicação de critérios de recebimento de prêmios e pagamentos de benefícios seguindo o padrão de expectativa de sobrevivência estabelecida por meio da tábua SUSEP BR-EMS 2021.</p> <p>O estudo deste teste não se aplica aos contratos e certificados relativos ao ramo de DPME.</p> <p>O resultado do teste de adequação dos passivos, realizado para a data-base de 31 de dezembro de 2023, não apresentou insuficiência na constituição das provisões técnicas da Seguradora, não sendo necessário a constituição da PCC.</p> <p>3.13.7. Provisão de Despesas Relacionadas (PDR) A PDR deve ser constituída mensalmente para a cobertura das despesas relacionadas ao pagamento de indenizações ou benefícios. Para os planos estruturados no regime financeiro de capitalização, a PDR deve abranger as despesas relativas a sinistros ocorridos e a ocorrer, enquanto que para os planos estruturados no regime financeiro de repartição simples e repartição de capitais de cobertura, a PDR deve abranger as despesas relativas somente aos sinistros ocorridos.</p> <p>3.14. Benefícios a empregados São todas as formas de compensação proporcionadas pela entidade, em troca de serviços prestados pelos seus empregados, ou pela rescisão do contrato de trabalho e incluem: Benefícios de curto prazo a empregados - são benefícios (exceto benefícios rescisórios) que se espera que sejam integralmente liquidados em até doze meses após o período a que se referem às Demonstrações Financeiras em que os empregados prestarem os respectivos serviços: ordenados, salários, contribuições para a seguridade social, licença anual remunerada, licença médica remunerada, participação nos lucros, bônus e benefícios não monetários (tais como assistência médica, moradia, carros e bens ou serviços gratuitos ou subsidiados) para empregados atuais. Benefícios pós-emprego - são os benefícios a empregados (exceto benefícios rescisórios e benefícios de curto prazo a empregados), que serão pagos após o período de emprego. Como exemplo benefícios de aposentadoria (pensões e pagamentos integrais por ocasião da aposentadoria) e outros benefícios pós-emprego, tais como seguro de vida e assistência médica pós-emprego. Outros benefícios de longo prazo aos empregados - são todos os benefícios aos empregados que não benefícios de curto prazo aos empregados, benefícios pós-emprego e benefícios rescisórios. Benefícios rescisórios - são benefícios aos empregados fornecidos pela rescisão do contrato de trabalho de empregado como resultado de: (a) decisão de a entidade terminar o vínculo empregatício do empregado antes da data normal de aposentadoria; ou (b) decisão do empregado de aceitar uma oferta de benefícios em troca da rescisão do contrato de trabalho. Benefício pós-emprego - Plano de benefício pós-emprego compreende compromisso assumido pela Seguradora de complementar benefícios previdenciais a seus empregados. Plano de contribuição definida - é o plano de benefício pós-emprego pela qual a Seguradora como entidade patrocinadora paga contribuições fixas ao fundo de pensão, não tendo a obrigação legal ou construtiva de pagar contribuições adicionais se o fundo não possuir ativos suficientes para honrar todos os benefícios relativos aos serviços prestados no período corrente e em períodos anteriores. As contribuições nesse tipo de plano são reconhecidas como despesas com pessoal na demonstração do resultado. Plano de benefício definido - é o plano de benefício pós-emprego pela qual a Seguradora como entidade patrocinadora tem a obrigação de fornecer os benefícios pactuados junto aos empregados, assumindo o potencial risco atuarial de que os benefícios venham a custar mais do que o esperado e está sendo apresentado na nota 27. O método atuarial adotado para a avaliação dos passivos e custos dos benefícios do plano previdenciário é o da UCP - Unidade de Crédito Projetada, ou <i>PUC - Projected Unit Credit</i>, aplicada sobre as obrigações atuarialmente projetadas (<i>PBO - Projected Benefit Obligation</i>), líquido dos ativos garantidores do plano. A avaliação atuarial é elaborada com base em premissas e projeções de inflação, taxas de juros, aumentos dos benefícios, expectativa de vida, etc. O plano de benefício definido é registrado com base em estudo atuarial, realizado anualmente por empresa de consultoria, no final de cada exercício. A Deliberação CVM nº 695/12, estabelece o reconhecimento integral em conta de passivo quando perdas atuariais não reconhecidas venham a ocorrer, em contrapartida de conta do patrimônio líquido - outros ajustes de avaliação patrimonial.</p> <p>3.15. Tributos sobre o lucro e faturamento Calculados às alíquotas a seguir, consideram, para efeito das respectivas bases de cálculo, a legislação vigente pertinente para cada encargo.</p> <table border="1" data-bbox="93 1315 1025 1436"> <tr> <td>Imposto de Renda</td> <td>15%</td> </tr> <tr> <td>Adicional de Imposto de Renda</td> <td>10%</td> </tr> <tr> <td>Contribuição Social - Setor Financeiro e Segurador *</td> <td>15% / 16%</td> </tr> <tr> <td>COFINS</td> <td>4%</td> </tr> <tr> <td>PIS</td> <td>0,65%</td> </tr> </table> <p>As alterações introduzidas pela Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007, e pela Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, as modificações no critério de reconhecimento de receitas, custos e despesas computadas na apuração do lucro líquido do exercício não tiveram efeitos para fins de apuração do lucro real da pessoa jurídica optante pelo Regime Tributário de Transição (RTT), sendo utilizadas, para fins tributários, as normas vigentes em 31/12/2007. Em 13 de maio de 2014 foi publicada a Lei nº 12.973 (conversão da MP 627/13) que alterou a legislação tributária federal sobre IRPJ, CSLL, PIS e COFINS. Essa Lei dispõe, entre outros assuntos, sobre a revogação do Regime Tributário de Transição - RTT, instituído pela Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, disciplinando os ajustes decorrentes dos novos métodos e critérios contábeis introduzidos em razão da convergência das normas contábeis brasileiras aos padrões internacionais. A referida Lei nº 12.973 não acarrete efeitos contábeis relevantes nas Demonstrações Financeiras da Seguradora. Contribuições sociais federais que, para as seguradoras, incidem sobre a receita bruta, com os ajustes previstos na Lei nº 9.718 de 27 de novembro de 1998. A alíquota para o PIS é de 0,65% e para a COFINS é de 4%. (*) A Lei 14.183/2021 trouxe alterações nas alíquotas da CSLL a partir de julho de 2021 alterando para 20% (vinte por cento) até o dia 31 de dezembro de 2021 e 15% (quinze por cento) a partir de 1º de janeiro de 2022, no caso das pessoas jurídicas de seguros privados. (*) A Medida Provisória nº 1.115 de 28 de abril de 2022 convertida na Lei nº 14.446 de 2 de setembro de 2022 trouxe alterações nas alíquotas da CSLL a partir de 1º de agosto de 2022, alterando para 16% (dezesseis por cento) até o dia 31 de dezembro de 2022, retornando para 15% (quinze por cento) a partir de 1º de janeiro de 2023, no caso das pessoas jurídicas de seguros privados.</p> <p>3.16. Outros tributos Outros tributos incidem sobre a receita operacional e são reconhecidos no resultado como "Despesas com Tributos", dentre os quais destaca-se a taxa de fiscalização da SUSEP, taxa federal recolhida pelo mercado segurador, conforme Lei nº 12.249 de 11 de junho de 2010, e alterações posteriores.</p> <p>3.17. Provisões judiciais ativos e passivos contingentes A Seguradora reconhece uma provisão somente quando existe uma obrigação presente, que possa ser estimada de maneira confiável, como resultado de um evento passado e é provável que o pagamento de recursos seja requerido para liquidação dessa obrigação. Os valores provisionados são apurados por estimativas dos pagamentos que a Seguradora possa ser obrigada a realizar em função do desfecho desfavorável de ações judiciais em curso de natureza cível, fiscal e trabalhista e cuja probabilidade de perda seja considerada provável ou possível. Para as provisões judiciais envolvendo sinistros, a Seguradora provisiona ações com perdas remotas, possíveis ou prováveis, a partir de estudo próprio envolvendo premissas mais conservadoras, a partir de sua base de dados histórica. As obrigações legais objeto de ações judiciais são provisionadas independente da perspectiva de êxito em relação ao desfecho final dos processos. Passivos contingentes são divulgados, mas não provisionados, se existir uma possível obrigação futura resultante de eventos passados ou se existir uma obrigação presente resultante de um evento passado. Os passivos contingentes cuja probabilidade de perda por remota não são provisionados ou divulgados. Ativos contingentes são reconhecidos contabilmente somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis definitivas, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo.</p> <p>3.18. Apuração do resultado As receitas de prêmios de seguros são contabilizadas por ocasião da emissão das apólices e diferidas pelo prazo de vigência das apólices ou faturas dos seguros por meio da constituição das provisões de prêmios não ganhos. Os sinistros são refletidos nos resultados com base no registro oficial de sinistros avisados o qual busca refletir a sinistralidade estimada para os contratos com cobertura de risco em vigências relacionadas às indenizações a incorrer com o processamento e a regulação dos sinistros. Os custos de aquisição são considerados custos diretos na obtenção e processamento de novos contratos de seguro. Esses são diferidos e apropriados aos resultados mensalmente, em bases lineares, pelo prazo de reconhecimento dos prêmios de seguros de acordo com o prazo de vigência das apólices. As participações nos lucros aos empregados são contabilizadas com base em estimativas e ajustadas quando do efetivo pagamento. As demais receitas e despesas são reconhecidas de acordo com o regime de competência.</p> <p>3.19. Classificação dos contratos de seguro, resseguro e de investimento Os contratos emitidos são classificados como contratos de seguro quando esses contratos transferem risco significativo de seguro pelo qual aceita um risco de seguro significativo de outra parte (segurado), aceitando compensar o segurado no caso de um acontecimento futuro incerto específico que possa afetá-lo adversamente. Na data de adoção inicial do CPC 11, a Seguradora não identificou contratos classificados como contratos de investimento. Os contratos de resseguro também são classificados como contratos de seguros segundo os princípios de transferência de risco de seguro do CPC 11.</p> <p>Mensuração dos contratos de seguros Os prêmios de seguros e as despesas de comercialização são contabilizados por ocasião da emissão das apólices ou faturas, sendo a parcela de prêmios ganhos reconhecida no resultado, de acordo com o período decorrido de vigência do risco, através da constituição da PPNG e do diferimento das despesas de comercialização. Os prêmios de seguros e as correspondentes despesas de comercialização, cujo período de cobertura do risco já foi iniciado, mas cujas apólices ainda não foram emitidas (riscos vigentes e não emitidos - RVNE), são reconhecidas com base em estimativas baseadas em cálculos atuariais que levam em consideração a experiência histórica da Seguradora. A Seguradora mantém a sua operação de resseguro junto ao Instituto de Resseguros do Brasil, para os seguros do grupo de pessoas. As modalidades são proporcional de cota parte de 10% e não proporcional de excesso de danos, com prioridade de R\$150.000,00. As operações de resseguros são contabilizadas com base no contrato firmado com a resseguradora. As despesas e receitas oriundas desse contrato são reconhecidas simultaneamente aos prêmios de seguros correspondentes. O diferimento dos prêmios de resseguros cedidos é realizado de forma consistente com o respectivo prêmio de seguro. O prêmio mínimo de depósito é diferido de acordo com a natureza do contrato. Os ativos e passivos financeiros decorrentes desses contratos são baixados com base (I) nas prestações de contas emitidas pelo IRB - Brasil Resseguros S.A. por meio dos movimentos operacionais periódicos sujeitos à análise da Seguradora e (II) nas prestações de contas preparadas pela Companhia e que estão sujeitas à análise pela resseguradora. Os juros cobrados sobre o parcelamento de prêmios de seguros são diferidos para apropriação no resultado no mesmo prazo do parcelamento dos correspondentes prêmios de seguros.</p> <p>3.20. Patrimônio líquido O capital social da Seguradora, totalmente subscrito e integralizado, é representado por ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, facultada a sua representação em títulos múltiplos. O BANESTES S.A. detém sempre, no mínimo, 51% (cinquenta e um por cento) do capital votante da sociedade e atualmente detém 100% (cem por cento), conforme nota 1.</p> <p>3.21. Lucro líquido por ação básico O lucro por ação básico da Seguradora é calculado pela divisão do lucro atribuível ao acionista pela média ponderada do número de ações ordinárias emitidas durante o período, excluindo quaisquer ações em tesouraria recompradas e classificadas como ações em tesouraria nas Demonstrações Financeiras.</p> <p>O cálculo do lucro por ação básico apurado no exercício está assim apresentado:</p> <table border="1" data-bbox="1077 483 2009 589"> <thead> <tr> <th></th> <th>31/12/2023</th> <th>31/12/2022</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Lucro líquido do exercício</td> <td>34.190</td> <td>22.518</td> </tr> <tr> <td>Média ponderada do número de ações em circulação no período</td> <td>1.435.647</td> <td>14.791.405.093</td> </tr> <tr> <td>Lucro por ação básico (em unidades de R\$)</td> <td>23,82</td> <td>0,00050</td> </tr> </tbody> </table> <p>3.22. Normas e interpretações emitidas e aplicáveis em períodos futuros As seguintes normas e pronunciamentos, alterações e interpretações foram emitidas pelo IASB, pelos órgãos reguladores e fiscais: CPC 48 - Instrumentos financeiros (IFRS 9) O CPC 48 estabelece novos modelos para classificação e mensuração de instrumentos financeiros, mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratos, como também novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A Companhia fará as reclassificações necessárias para atendimento do CPC 48 a partir de janeiro/2024. CPC 50 - Contratos de seguro (IFRS 17) O CPC 50 estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguros. O objetivo do CPC 50 é assegurar que uma entidade forneça informações relevantes que representem fielmente esses contratos. Essas informações fornecem uma base para os usuários das demonstrações financeiras avaliarem o efeito que os contratos de seguro têm sobre a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Companhia. O CPC 50 entra em vigor após 1º de janeiro de 2023 e será aplicável quando referendado pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).</p> <p>4. Gestão de Riscos Segundo referência do <i>Committee of sponsoring organizations of the treadway commission - COSO</i>, gestão de riscos é um processo efetuado pelo conselho de administração, pela diretoria e pelos demais gestores e colaboradores de uma empresa, aplicável ao estabelecimento de objetivos estratégicos e desenhados para: • Identificar potenciais eventos que possam afetar a organização; • Administrar seus riscos dentro dos limites aceitáveis; e • Proporcionar segurança razoável para que os objetivos e metas sejam atingidos. Ou seja, a gestão de riscos é um processo interno e contínuo, relacionado com a gestão estratégica, aplicável a todos os negócios, atividades e unidades da organização e executada por todos independentemente de posição, cargo ou função.</p> <p>4.1. Estrutura de gerenciamento de riscos O processo na Seguradora é patrocinado pela Diretoria e gerenciado por uma área independente responsável por gestão de riscos e controle interno, alinhando-os. Essa área atua em conjunto com as gerências e coordenadorias na disseminação da cultura de gestão de riscos, na criação de normativos internos, manuais de procedimentos, atividades e mecanismos de controles. Nesse sentido, a estrutura de gestão de riscos fornece os fundamentos e os arranjos organizacionais para a concepção, implementação, monitoramento, análise crítica e melhoria contínua da gestão de riscos envolvendo toda a Seguradora.</p> <p>4.2. Apetite por risco O apetite por risco é o nível máximo de risco que a Seguradora está disposta a assumir no intuito de atingir seus objetivos estratégicos e respeitando sua capacidade por riscos. Quando uma exposição estiver acima do apetite por risco definido, medidas corretivas são adotadas.</p> <p>4.3. Metodologia A Seguradora adota medidas qualitativas e quantitativas para mensuração de seus riscos. Na metodologia qualitativa, adotou o <i>Control Self Assessment - CSA</i>, que considera o impacto e a probabilidade dos riscos nos processos e atividades da Seguradora, associados aos controles implantados. Essa metodologia destaca o conhecimento de cada gestor no processo de identificação de riscos e controles, definindo parâmetros que são disseminados a todos os colaboradores. Já na metodologia quantitativa a empresa implantou indicadores balizados por um apetite por risco.</p> <p>4.4. Categorias de riscos O dicionário de risco da Seguradora está dividido em 8 categorias: 4.4.1. Crédito Conforme definição da SUSEP, o risco de crédito é a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento, pelo tomador ou contraparte, das suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, e/ou da desvalorização dos recebíveis decorrente da redução na classificação de risco do tomador ou contraparte. A Seguradora emite normas internas em conformidade com as regulamentações da SUSEP e CNSP. Essa medida visa garantir o cumprimento de suas políticas de investimentos com segurança e rentabilidade quanto aos ativos financeiros aplicados. Para o gerenciamento destes riscos, a Seguradora possui políticas, tais como Política de Liquidez e ALM, e processos de monitoramento mensais que visam garantir que os limites não sejam excedidos. A nota 6.3 demonstra dentre outras informações, os percentuais de distribuição dos ativos financeiros que contempla a concentração do portfólio de investimentos da Seguradora por tipo de contraparte. Já o risco de crédito originado de prêmios de seguros a receber é considerado substancialmente baixo, conforme demonstrado na nota 7.3. Segundo legislação brasileira, as coberturas contratuais podem ser canceladas caso os pagamentos dos prêmios não sejam realizados dentro do prazo máximo de cobertura.</p> <p>4.4.2. Mercado É o risco representado pela possibilidade de perda ocasionada por um movimento adverso nos valores dos ativos e passivos, causada por mudanças nas taxas de câmbio, de juros e em outros indicadores, individualmente ou em conjunto. Nossas ferramentas de gestão são: • Relatório de Acompanhamento da Política de Investimento - visa avaliar a consonância dos resultados apurados com a política de investimento financeiro da Seguradora. • Relatório de Compliance de investimentos - visa avaliar trimestralmente a consonância dos investimentos realizados com a Política de Investimento Financeiro da Seguradora. • Macroalocação de ativos - corresponde à alocação dos recursos entre os segmentos/modalidades de investimentos (modalidades de renda fixa, renda variável, imóveis, investimentos sujeitos à variação cambial e outros). • Macroalocação de ativos - corresponde às alocações dentro das classes de ativos, combinando elementos das subclasses. Além dessas ferramentas, a Seguradora possui um comitê responsável por apreciar ou assessorar na macroalocação de ativos, subsidiar o planejamento e a execução dos investimentos; e deliberar sobre os limites operacionais e intervalos de risco que podem ser assumidos no âmbito da gestão dos ativos financeiros. Abaixo uma tabela com as exposições de investimentos da Seguradora, segregadas por fator de risco:</p> <table border="1" data-bbox="1077 2010 2009 2086"> <thead> <tr> <th></th> <th>31/12/2023</th> <th>31/12/2022</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Risco Soberano - Brasil</td> <td>89,9%</td> <td>78,8%</td> </tr> <tr> <td>Fundos RF (Próprio)</td> <td>10,1%</td> <td>21,2%</td> </tr> </tbody> </table> <p>O quadro de fator de risco, contempla o total da sua exposição. Alguns ativos possuem mais de um fator de risco e o valor contido nele pode aparecer em mais de um fator, por essa razão o valor total desse quadro pode ser maior do que o total de suas operações, conforme nota 6.3.</p> <p>4.4.2.1. Mensuração do risco de mercado A Seguradora utiliza como medida de risco de suas carteiras de investimento a metodologia de VaR, modelo não paramétrico para horizonte de 1 dia útil, com nível de confiança de 95%. A sensibilidade do risco no resultado é de 3,00% para a carteira agressiva e 0,50% para a carteira conservadora.</p> <p>4.4.3. Subscrição Possibilidade de ocorrência de perdas que contrariam as expectativas da Seguradora, associadas, diretamente ou indiretamente, às bases técnicas utilizadas para cálculo de prêmios, contribuições, quotas e provisões técnicas. A Seguradora moldou suas operações às melhores práticas de subscrição de mercado e à legislação vigente. Como forma de gerir o lançamento de seus produtos, criou comitê que zela pelos padrões técnicos e comerciais visando garantir os resultados positivos. As regras para mitigar o risco de subscrição estão contempladas principalmente nos seguintes normativos: • Política de subscrição de riscos - tem por objetivo nortear as ações de todas as unidades e empregados no que diz respeito ao processo de análise e aceitação de riscos existente; • Política de desenvolvimento de produtos - visa estabelecer um processo padronizado de criação, alteração, suspensão, extinção e acompanhamento de produtos da Seguradora; • Política de provisões técnicas - visa definir regras, papéis e responsabilidades para assegurar que os processos e controles sobre as provisões técnicas da Seguradora sejam otimizados, garantam a segurança da informação e o desempenho requerido pelo negócio e o atendimento às estratégias; • Política de resseguro - visa estabelecer diretrizes e estratégias para administração de riscos incorridos pela seguradora na gestão de sua carteira de cobertura de riscos. Como forma de certificar as reservas, a Seguradora adotou um teste de passivos. Esse teste avalia a cada seis meses a suficiência das reservas frente à expectativa de valores necessários no futuro.</p> <p>4.4.4. Operacional Conforme definição da SUSEP, risco operacional é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou decorrentes de fraudes ou eventos externos. Excluem-se dessa definição os riscos decorrentes de decisões estratégicas e à reputação da Seguradora. A Seguradora gerencia o risco operacional acompanhando os diversos cenários de exposição a riscos a que está sujeita, refletindo o comportamento da concorrência, o ambiente de negócios e os compromissos com os resultados que possui com a sociedade, acionistas, empregados e órgãos reguladores. Para mitigação dos principais riscos operacionais a Seguradora tem estabelecido os seguintes normativos: Política de alçadas e competências administrativas, Política de alçadas e competências - regulação, Política de gestão de continuidade de negócios, Política de sinistro, Política de gestão de tecnologia da informação, Política institucional de conduta da Banestes Seguros, Política de segurança cibernética.</p> <p>4.4.5. Estratégico Possibilidade de perdas decorrentes da definição incorreta da estratégia da Seguradora ou da incapacidade de implementá-la em virtude de eventos externos. Nessa categoria classificamos tanto os riscos estratégicos quanto os riscos de conjuntura.</p>				Imposto de Renda	15%	Adicional de Imposto de Renda	10%	Contribuição Social - Setor Financeiro e Segurador *	15% / 16%	COFINS	4%	PIS	0,65%		31/12/2023	31/12/2022	Lucro líquido do exercício	34.190	22.518	Média ponderada do número de ações em circulação no período	1.435.647	14.791.405.093	Lucro por ação básico (em unidades de R\$)	23,82	0,00050		31/12/2023	31/12/2022	Risco Soberano - Brasil	89,9%	78,8%	Fundos RF (Próprio)	10,1%	21,2%
Imposto de Renda	15%																																	
Adicional de Imposto de Renda	10%																																	
Contribuição Social - Setor Financeiro e Segurador *	15% / 16%																																	
COFINS	4%																																	
PIS	0,65%																																	
	31/12/2023	31/12/2022																																
Lucro líquido do exercício	34.190	22.518																																
Média ponderada do número de ações em circulação no período	1.435.647	14.791.405.093																																
Lucro por ação básico (em unidades de R\$)	23,82	0,00050																																
	31/12/2023	31/12/2022																																
Risco Soberano - Brasil	89,9%	78,8%																																
Fundos RF (Próprio)	10,1%	21,2%																																

continua...



Assinado Digitalmente por: NASSAU EDITORA RADIO E TV LTDA EM RECUPERACAO JUD:2706515000130 - Em: 28/02/2024

Certificado emitido por: CN=AC CONSULTI BRASIL RFB, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, O=ICP-Brasil, C=BR

Acesse: <https://tribunaonline.com.br/validador-iti> caso deseje validar a assinatura!

4.4.6. Legal
 A SUSEP define risco legal como a possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de multas, penalidades ou indenizações resultantes de ações de órgãos de supervisão e controle, bem como perdas decorrentes de decisão desfavorável em processos judiciais ou administrativos.
 A Seguradora possui um comitê que tem como objetivo analisar os normativos emitidos pelos órgãos reguladores e fiscalizadores e recomendar a adoção de medidas e ações relacionadas ao seu cumprimento.
 Também são instituídas normas internas bem como manuais de procedimentos visando mitigar o risco de perdas legais. Além disso, mantém-se monitoramento constante das decisões judiciais cujas sentenças transitam em julgado.

4.4.7. Imagem
 É o risco representado pela possibilidade de perdas decorrentes da Seguradora ter sua marca desgastada junto ao mercado e/ou autoridades, em razão de publicidade negativa, verdadeira ou não.
 A Seguradora possui os seguintes canais de comunicação com o cliente: Fale Conosco, Ouvidoria, SAC - Serviço de Atendimento ao Consumidor e Canal de Denúncia:
 a) Fale Conosco é um canal destinado a esclarecer dúvidas, enviar críticas e sugestões que pode ser acessado através do site www.banestesseguros.com.br.
 b) A Ouvidoria está disponível para atendimento de reclamações, elogios, críticas e sugestões dos demandantes (clientes e usuários), referentes aos produtos, serviços e atendimento prestado por meio do site institucional, telefone 0800 727 0030 ou e-mail ouvidoriageral@banestes.com.br.
 c) SAC corresponde ao serviço de atendimento telefônico a clientes ou não clientes através do telefone 0800 727 0474. Atua no recebimento de sugestões e elogios, bem como no registro de reclamações e prestação de informações. Trata-se de um serviço gratuito para qualquer localidade, disponível 24 horas por dia, todos os dias da semana.
 d) Canal de Denúncia, também disponível no site institucional, recebe denúncias de atos ilícitos, fraudes ou práticas contrárias ao Guia de Conduta Ética que envolvam as empresas do SFB.
 Para esses canais foram definidos indicadores que medem a insatisfação dos clientes com a Seguradora e seus produtos.

4.4.8. Risco de liquidez
 Possibilidade de perda decorrente da inexistência de recursos suficientes para o cumprimento dos compromissos assumidos nas datas previstas ou decorrente da venda forçada de ativos a preços inferiores aos de mercado.
 Possibilidade de perdas decorrentes da definição incorreta da estratégia da Seguradora ou da incapacidade de implementá-la em virtude de eventos externos. Nessa categoria classificamos tanto os riscos estratégicos quanto os riscos de conjuntura.
 Para o gerenciamento deste risco, a Seguradora possui a Política de Liquidez e ALM que estabelece as diretrizes, parâmetros e estratégias em conformidade com as disposições nos normativos externos, de forma a atender a necessidade de liquidez estimada frente às saídas de caixa projetadas com conforto e adequada margem de segurança.

4.4.9. Risco de Governança
 Possibilidade de perda decorrente de determinações, influências internas e externas e impactos ambientais, sociais e de governança que possam interferir na estratégia da Seguradora e no negócio.
 Esse risco é identificado e avaliado com base na Política de conformidade, Política institucional de conduta, Política de gestão de continuidade de negócios e Política de Sustentabilidade.

4.5. Concentração de riscos de seguro
 A Seguradora entende como risco de seguro o risco transferido por contrato onde existe a incerteza quanto ao seu acontecimento (sinistro) ou data e valor da indenização.
 O principal risco assumido pela Seguradora é o risco da frequência e severidade dos sinistros a serem pagos aos nossos segurados sejam maiores do que estimados. A experiência histórica demonstra que, quanto maior o grupo de contratos de riscos similares, menor será a variabilidade sobre os fluxos de caixa que devemos pagar para fazer face aos eventos de sinistros.
 A Seguradora atua no mercado com ênfase nos seguros de pessoas e automóveis concentrando seus esforços na proteção de pessoas físicas. Também adota uma política de manter a carteira pulverizada e homogênea em todos os ramos que a compõem, optando por não operar com cosseguro, mas operando em resseguro com a carteira de Pessoas.

4.6. Distribuição geográfica dos riscos
 A Seguradora opera nos estados ES, BA, RJ e MG. O maior volume de operações está concentrado no ES.

4.7. Moeda
 Moeda do ambiente econômico principal no qual a Seguradora atua é o Real (R\$). A Seguradora não possui emissão de prêmio ou concentração de receita em outras moedas.

4.8. Análise de sensibilidade da sinistralidade da Seguradora
 A Seguradora elabora análises de sensibilidade periodicamente onde são determinadas mudanças nas premissas atuariais mais significativas utilizadas em seus modelos de avaliação de contratos de seguro, com base na razoável mudança esperada das premissas atuariais. As análises de sensibilidade apresentadas a seguir representam a melhor estimativa da Seguradora quanto aos fatores de riscos de seguro que impactam os contratos e são integradas à política. Consequentemente não garantem que os fatores de risco venham a se comportar conforme previsto onde os resultados reais observados em períodos futuros podem divergir significativamente dos resultados apresentados a seguir, líquido dos efeitos tributários:

(a) **Redução de 10% dos prêmios ganhos**

	Prêmios Ganhos	Efeito no Resultado (-)10%	Efeito no PL (%)
31/12/2023			
Auto	175.090	(10.505)	-4,6%
Pessoas	165.162	(9.910)	-4,4%
Patrimonial	8.067	(484)	-0,2%
Total	348.319	(20.899)	-9,2%

(b) **Aumento de 10% da sinistralidade**

	Sinistros Ocorridos	Efeito no Resultado (+)10%	Efeito no PL (%)
31/12/2023			
Auto	(114.987)	(6.899)	-3,0%
Pessoas	(62.330)	(3.740)	-1,6%
Patrimonial	(334)	(20)	-0,1%
Total	(177.651)	(10.659)	-4,7%

Tendo em vista o produto VGBL ter sido finalizado em dezembro/2022, bem como a estrutura do produto, a Seguradora não possui índices de conversibilidade, visto que os benefícios foram resgatados de forma única. A variável de sobrevivência acaba não gerando estresse na carteira uma vez que o benefício é resgatado de forma única. A forma atual dos produtos comercializados estão estruturados no modelo de repartição simples, sendo a vigência anual observada na maioria dos contratos. Por esse motivo a variável inflação não foi considerada no teste de sensibilidade.

4.9. Gestão de ativos e passivos (ALM)
 A gestão de ativos e passivos é efetuada utilizando a metodologia ALM (Asset Liability Management). Tal metodologia consiste num processo contínuo de formulação, implementação, monitoramento e revisão das estratégias de gestão de ativos e passivos, demonstrando os prazos e a suficiência ou insuficiência do valor presente do fluxo de ativos em relação ao valor presente do fluxo de passivos.
 As premissas atuariais utilizadas na geração do fluxo dos passivos estão alinhadas com as características da carteira de investimentos da Seguradora.
 A Seguradora elabora estudo semestralmente para sua carteira de ativos face ao passivo atuarial cujo objetivo é a obtenção de uma carteira ótima de ativos que forneça o cumprimento dos objetivos atuariais, liquidez adequada à carteira e a geração de resultados compatíveis em termos de risco e retorno.

4.10. Gestão de risco de capital
 O gerenciamento de capital procura otimizar a relação risco versus retorno de modo a minimizar perdas, por meio de estratégias de negócios bem definidas, em busca de maior eficiência na composição dos fatores que impactam na Margem de Solvência e/ou Capital Mínimo Requerido da Seguradora, sendo o capital total necessário para as operações da Seguradora, sendo equivalente à soma do capital base com o capital adicional.

Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2023	31/12/2022
Caixa e bancos	2.357	2.640
Total	2.357	2.640

6. Aplicações
6.1. Classificação por níveis
 A mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros precede a utilização da hierarquia do valor justo, composta através do seguinte nível:
 Nível 1 - Preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos, que estão prontamente e regularmente disponíveis, representando transações reais e regulares de mercado.
 A Seguradora classificou seus instrumentos financeiros da seguinte forma:

	31/12/2023	31/12/2022
Aplicações	Nível 1	Nível 1
Disponíveis para venda	221.374	116.365
Letras financeiras do tesouro - LFT	41.833	36.962
NTN - B	52.032	45.460
Operações compromissadas em LFT	100.667	-
Fundos de investimentos	26.842	33.943
Mantidos até o vencimento	45.349	43.697
NTN - B	45.349	43.697
Total	266.723	160.062

6.2. Sensibilidade das aplicações

	Títulos federais	Quotas de fundos de investimentos e outros	Total
31/12/2023			
Aplicações	239.881	26.842	266.723
Selic - % a.a.	11,75%	11,75%	11,75%
Projeção de rentabilidade nos próximos 12 meses	28.186	3.154	31.340
Cenário:			
Queda 25%	20.868	2.335	23.203
Queda 50%	13.734	1.537	15.271
Elevação 25%	35.692	3.994	39.686
Elevação 50%	43.389	4.855	48.244

6.3. Classificação por título e vencimento

	Até 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Acima de 5 anos	Indeterminado	Valor contábil	Ajustes de TVM	Valor custo atualizado	% Part Valor contábil	Taxa de Juros Referencial
31/12/2023									
Disponíveis para venda	14.270	79.595	-	127.509	221.374	(442)	221.816	82,99	
LFT	14.270	27.563	-	-	41.833	(5)	41.838	15,68	100%Selic
NTN - B	-	52.032	-	-	52.032	(437)	52.469	19,51	IPCA+4,4% a.a
Operações compromissadas	-	-	-	100.667	100.667	-	100.667	37,74	
Fundos de investimentos	-	-	-	26.842	26.842	-	26.842	10,06	100%CDI
Mantidos até o vencimento	-	45.349	-	45.349	45.349	-	45.349	17,00	
NTN - B	-	45.349	-	45.349	45.349	-	45.349	17,00	IPCA+4,3% a.a
Total do circulante e não circulante	14.270	124.944	-	127.509	266.723	(442)	267.165	100,00	

	Até 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Acima de 5 anos	Indeterminado	Valor contábil	Ajustes de TVM	Valor custo atualizado	% Part Valor contábil	Taxa de Juros Referencial
31/12/2022									
Disponíveis para venda	-	82.422	-	33.943	116.365	(3.099)	119.464	72,70	
LFT	-	36.962	-	-	36.962	(19)	36.981	23,09	100%Selic
NTN - B	-	45.460	-	-	45.460	(3.080)	48.540	28,40	IPCA+4,4% a.a
Fundos de investimentos	-	-	-	33.943	33.943	-	33.943	21,21	100%CDI
Mantidos até o vencimento	-	43.697	-	43.697	43.697	-	43.697	27,30	
NTN - B	-	43.697	-	43.697	43.697	-	43.697	27,30	IPCA+4,3% a.a
Total do circulante e não circulante	-	126.119	-	33.943	160.062	(3.099)	163.161	100,00	

6.4. Ativos vinculados para cobertura das provisões técnicas - Seguros

	31/12/2023	31/12/2022
Provisões técnicas para garantia		
Provisões técnicas	142.803	155.357
Direitos creditórios	(50.276)	(56.595)
Ativos de resseguro - redutores	(978)	(803)
Total a ser coberto das provisões técnicas líquido dos ativos redutores (A)	91.549	97.959
Necessidade de ativos líquidos nota 24.5 (Liquidez sobre o CMR 20%)	12.547	10.746
Ativos garantidores		
Títulos de renda fixa - Públicos	139.214	126.119
Total (C)	139.214	126.119
Excedente de garantia (C - A - B)	35.118	17.414

7.2. Movimentação da provisão para riscos sobre créditos

	01/01 à 31/12/2023	01/01 à 31/12/2022
Saldo inicial	(60)	(34)
Constituições	(29)	(36)
Reversões	18	10
Saldo final	(71)	(60)

7. Créditos das operações com seguros e resseguros
7.1. Movimentação de prêmios a receber

	31/12/2023			
	Auto	Pessoa	Demais	Total
Prêmios pendentes em 31/12/2022	64.603	3.467	1.054	69.124
Prêmios emitidos	179.250	164.373	8.308	351.931
Cancelamentos	(16.608)	(36)	(672)	(17.316)
Var. riscos vigentes não emitidos	(897)	564	(9)	(342)
Baixas	(169.217)	(163.770)	(7.488)	(340.475)
Varição da provisão para riscos sobre créditos	(16)	(7)	12	(11)
Prêmios pendentes em 31/12/2023	179.250	164.373	8.308	351.931
	31/12/2022			
	Auto	Pessoa	Demais	Total
Prêmios pendentes em 31/12/2021	180.222	1.122	806	27.773
Prêmios emitidos	(11.302)	143.173	8.645	332.040
Cancelamentos	2.781	(73)	(560)	(11.935)
Var. riscos vigentes não emitidos	(132.933)	729	(6)	3.504
Baixas	(10)	(141.480)	(7.820)	(282.233)
Var. da provisão para riscos sobre créditos	64.603	(4)	(11)	(25)
Prêmios pendentes em 31/12/2022	180.222	3.467	1.054	69.124

7.3. Aging prêmios a receber

	31/12/2023	31/12/2022
Prêmios a vencer	61.270	67.878
De 1 a 30 dias	25.606	20.179
De 31 a 60 dias	20.788	12.510
De 61 a 120 dias	9.244	17.557
De 121 a 180 dias	4.526	10.401
De 181 a 365 dias	1.106	7.231
Prêmios vencidos	1.712	1.306
De 1 a 30 dias	1.621	1.190
De 31 a 60 dias	22	56
De 61 a 120 dias	1	28
De 121 a 180 dias	1	1
De 181 a 365 dias	4	1
Superior a 365 dias	63	30
(-) Redução ao valor recuperável	(71)	(60)
Total	62.911	69.124

O prazo médio de parcelamento dos grupos de ramo automóvel e patrimonial, observado foi de 6 parcelas, sendo os demais grupos com faturamento mensal.

7.4 Operações com resseguradoras

	31/12/2023	31/12/2022
Ativos		
Sinistros pagos	25.556	18.751
Total	25.556	18.751



BANESTES SEGUROS S.A.		Rua Cassiano Antonio Moraes, 60 - Enseada do Suá - Vitória - ES		CNPJ: 27.053.230/0001-75		www.banestesseguros.com.br	
7.5 Aging resseguro							
	31/12/2023			31/12/2022			
De 1 a 30 dias	72			1.625			
De 31 a 60 dias	530			672			
De 61 a 120 dias	1.185			1.605			
De 121 a 180 dias	1.432			1.528			
De 181 a 365 dias	6.255			7.840			
Superior a 365 dias	16.082			5.481			
Total	25.556			18.751			
8. Ativos de resseguro							
	31/12/2023			31/12/2022			
Prêmios de resseguro diferidos	571			300			
Comissões de resseguro diferidas	(90)			(48)			
Prêmio de resseguro diferido - RVNE	10			4			
Sinistros pendentes (PSL)	605			434			
Provisão de sinistros ocorridos e não avisados	372			369			
Total	1.468			1.059			
8.1. Movimentação dos ativos de resseguros							
	Saldo em 31/12/2022	Constituições	Reversões	Saldo em 31/12/2022			
Provisão de prêmios não ganhos (PPNG/RVE)	253	263	(36)	480			
Provisão de prêmios não ganhos (PPNG/RVNE)	4	8	(1)	11			
Provisão de sinistros a liquidar (PSL)	434	2.760	(2.589)	605			
Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados (IBNR)	368	85	(81)	372			
Total	1.059	3.116	(2.707)	1.468			
	Saldo em 31/12/2021	Constituições	Reversões	Saldo em 31/12/2022			
Provisão de prêmios não ganhos (PPNG/RVE)	177	85	(9)	253			
Provisão de prêmios não ganhos (PPNG/RVNE)	7	1	(4)	4			
Provisão de sinistros a liquidar (PSL)	204	1.881	(1.651)	434			
Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados (IBNR)	303	93	(28)	368			
Total	691	2.060	(1.692)	1.059			
9. Créditos e passivos tributários e previdenciários							
	31/12/2023			31/12/2022			
Créditos tributários							
Refletidos no resultado - diferenças temporárias	552			458			
Refletidos no resultado - Prejuízo Fiscal IRPJ e CSLL	1.781			-			
Refletidos no patrimônio líquido	295			2.066			
Créditos tributários ref. PIS/COFINS compensados	1			-			
Total	2.629			2.524			
Tributos diferidos							
Passivos tributários refletidos no resultado	1.982			1.823			
Impostos sobre reserva de reavaliação	-			38			
Total	1.982			1.861			
Os créditos tributários de diferenças temporárias, refletidos no resultado, são decorrentes das provisões judiciais (nota 21.a), provisões para redução ao valor recuperável (nota 7.3). Enquanto os tributos diferidos são decorrentes das atualizações dos depósitos judiciais fiscais e dos impostos sobre reservas de reavaliação. No período foram constituídas novas provisões conforme descrito na nota 22. As provisões judiciais cíveis não relacionadas a sinistros que possuem tempo médio de realização inferior a 2 anos. A Administração, com base em estudo de realização do crédito tributário, estima realização das provisões fiscais em até 3 anos. Nos quadros abaixo, apresentam-se a natureza da origem dos créditos e passivos tributários.							
9.1. Créditos tributários das movimentações							
	31/12/2023						
	Diferenças temporárias	Base de Cálculo	IRPJ (25%)	CSLL (15%)	Total		
Provisão para contingências cíveis	883	220	132	352			
Provisão para contingências trabalhistas	31	8	5	13			
Provisão para contingências fiscais	394	99	59	158			
Provisão para riscos sobre prêmios a receber	72	18	11	29			
Total dos créditos tributários refletido no resultado	1.380	345	207	552			
Ajuste ao valor de mercado - Títulos disponíveis para venda	737	184	111	295			
Total dos créditos tributários refletidos no patrimônio líquido	737	184	111	295			
9.1. Créditos tributários das movimentações							
	31/12/2022						
	Diferenças temporárias	Base de Cálculo	IRPJ (25%)	CSLL (15%)	Total		
Provisão para contingências cíveis	651	162	98	260			
Provisão para contingências trabalhistas	58	15	9	24			
Provisão para contingências fiscais	376	94	56	150			
Provisão para riscos sobre prêmios a receber	60	15	9	24			
Total dos créditos tributários refletido no resultado	1.145	286	172	458			
Ajuste ao valor de mercado - Títulos disponíveis para venda	5.165	1.291	775	2.066			
Total dos créditos tributários refletidos no patrimônio líquido	5.165	1.291	775	2.066			
Para cálculo dos créditos tributários refletidos no patrimônio líquido, utiliza-se as alíquotas vigentes no cálculo dos tributos.							
9.2. Passivos tributários das movimentações							
	31/12/2023						
	Diferenças temporárias	Base de Cálculo	IRPJ (25%)	CSLL (15%)	Total		
Atualização de Dep. Jud. INSS-NFLD 357761715	617	154	93	247			
Atualização de Dep. Jud. INSS-NFLD 357761707	4.337	1.084	651	1.735			
Total dos passivos tributários refletidos no resultado (1)	4.954	1.238	744	1.982			
	31/12/2022						
	Diferenças temporárias	Base de Cálculo	IRPJ (25%)	CSLL (15%)	Total		
Atualização de Dep. Jud. INSS-NFLD 357761715	568	142	84	226			
Atualização de Dep. Jud. INSS-NFLD 357761707	3.991	998	599	1.597			
Total dos passivos tributários refletidos no resultado (1)	4.559	1.140	683	1.823			
(1) Adicionalmente, a este montante, a Seguradora possui registrado na rubrica contábil de impostos sobre reservas de reavaliação o montante de R\$0 (R\$00 em 31 de dezembro de 2022) referente ao imposto de renda e a contribuição social sobre as reservas de reavaliação.							
10. Outros valores e bens							
Salvados à venda							
	31/12/2023			31/12/2022			
Saldo no início do período	5.893			3.126			
Adições	18.923			13.671			
Baixas	(15.399)			(10.874)			
Redução ao valor recuperável	(1.112)			(30)			
Saldo no final do período	8.305			5.893			
Salvados estimados							
	31/12/2023			31/12/2022			
Saldo no início do período	3.163			1.533			
Adições	717			1.630			
Saldo no final do período	3.880			3.163			
11. Custos de aquisição diferidos							
Os custos de aquisição são diferidos na mesma proporção dos prêmios ganhos mensalmente. Identificados para cada apólice/item, correspondendo às despesas de comercialização vinculadas aos prêmios emitidos, cancelados e restituídos, e estão assim representados:							
	31/12/2023			31/12/2022			
Automóvel	16.230			17.897			
Pessoas	2.966			3.000			
Patrimonial	1.581			1.747			
Total do circulante	20.777			22.644			
As movimentações dos custos de aquisição são apresentadas na nota 19.2.2.							
12. Depósitos judiciais e fiscais							
	31/12/2023			31/12/2022			
Depósitos judiciais (nota 21)	9.595			8.303			
Depósitos judiciais relacionados a sinistros	-			850			
Total do circulante e não circulante	9.595			9.153			
13. Outros valores e bens							
13.1 Ativos de direito de uso							
	Saldo em 31/12/2022	Adições	Baixas	Depreciação	Saldo em 31/12/2023		
Imóveis	-	760	(686)	(15)	59		
Veículos	-	1.146	(62)	(147)	937		
Total	-	1.906	(748)	(162)	996		
14. Investimentos							
	Saldo em 31/12/2022	Adições	Baixas	Depreciação	Saldo em 31/12/2023		
Participação na Seguradora Líder dos Consórcios DPVAT S.A.	258	-	-	-	258		
Imóveis destinados à renda	425	-	(131)	(19)	275		
Outros investimentos	3	-	-	-	3		
Total	686	-	(131)	(19)	536		
	Saldo em 31/12/2021	Adições	Baixas	Depreciação	Saldo em 31/12/2022		
Participação na Seguradora Líder dos Consórcios DPVAT S.A.	258	-	-	-	258		
Imóveis destinados à renda	382	186	(110)	(33)	425		
Outros investimentos	3	-	-	-	3		
Total	643	186	(110)	(33)	686		
15. Imobilizado							
	Saldo em 31/12/2022	Adições	Baixas	Depreciação	Saldo em 31/12/2023		
Imóveis de uso próprio	-	-	-	-	-		
Equipamentos de informática	270	459	-	(129)	600		
Móveis, máquinas e utensílios	180	18	-	(31)	167		
Benfeitorias em imóveis de terceiros	882	-	-	(113)	769		
Total	1.332	477	-	(273)	1.536		
	Saldo em 31/12/2021	Adições	Baixas	Depreciação	Saldo em 31/12/2022		
Imóveis de uso próprio	77	-	(76)	(1)	-		
Equipamentos de informática	172	159	-	(61)	270		
Móveis, máquinas e utensílios	208	6	(2)	(32)	180		
Benfeitorias em imóveis de terceiros	1.002	-	(6)	(114)	882		
Total	1.459	165	(84)	(208)	1.332		
16. Intangível							
	Saldo em 31/12/2022	Adições	Baixas	Amortização	Saldo em 31/12/2023		
Sistemas em desenvolvimento	2.124	637	-	673	2.088		
Total	2.124	637	-	673	2.088		
	Saldo em 31/12/2021	Adições	Baixas	Amortização	Saldo em 31/12/2022		
Sistemas em desenvolvimento	2.204	850	(234)	(696)	2.124		
Total	2.204	850	(234)	(696)	2.124		
17. Obrigações a pagar, impostos e encargos sociais a recolher							
17.1. Obrigações a pagar							
	31/12/2023			31/12/2022			
Fornecedores	171			215			
Serviços de assistência e outros	18.868			16.616			
Dividendos a pagar	8.120			14.974			
Provisão de participação nos lucros	3.767			3.101			
IOF a Debitar	883			796			
Remessas de banco a compensar	2.810			929			
Convênio cooperação técnica a debitar	323			278			
Demais obrigações	157			85			
Honorários, remunerações e gratificações a pagar	9			117			
Total	35.108			37.111			
17.2. Impostos e encargos sociais a recolher							
	31/12/2023			31/12/2022			
Impostos sobre operações financeiras	3.840			4.277			
Impostos retidos	401			408			
FGTS e demais contribuições	897			940			
Total	5.138			5.625			
18. Operações com resseguradoras							
	31/12/2023			31/12/2022			
Prêmios de resseguros	11.821			10.566			
RVNE	180			66			
(-) Comissões de resseguros	(2.560)			(1.474)			
Total	9.441			9.158			
19. Depósitos de terceiros							
	31/12/2023			31/12/2022			
De 1 a 30 dias	2.068			2.621			
De 31 a 60 dias	36			137			
De 61 a 120 dias	52			117			
De 121 a 180 dias	24			411			
De 181 a 365 dias	32			8			
Total	2.212			3.294			
20. Provisões técnicas							
20.1. Provisões técnicas de seguros e resseguros							
20.1.1. Composição das provisões técnicas de seguros							
A composição das provisões técnicas - Seguros, registradas no passivo circulante, está assim apresentada por agrupamento de ramos:							
	31/12/2023						
	Auto	Vida	Demais	Total			
Provisão de Prêmios não Ganhos (PPNG/RVE)	77.292	5.730	3.545	86.567			
Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG/RVNE)	2.467	125	19	2.611			
Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL)*	27.946	12.523	93	40.562			
Provisão de Sinistros Ocorridos Mas Não Suficientemente Avisados (IBNR)	-	-	-	-			
Provisão de Sinistros Ocorridos Mas Não Avisados (IBNR)	3.778	7.449	8	11.236			
Provisão de Despesas Relacionadas (PDR)	1.610	214	3	1.827			
Total das provisões	113.093	26.042	3.668	142.803			
(*) Na constituição da PSL Judicial reconhecemos R\$ 552 com despesas financeiras, conforme ne 25.12							

continua...



Assinado Digitalmente por: NASSAU EDITORA RADIO E TV LTDA EM RECUPERACAO JUD:27065150000130 - Em: 28/02/2024

Certificado emitido por: CN=AC CONSULTI BRASIL RFB, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, O=ICP-Brasil, C=BR

Acesse: <https://tribunaonline.com.br/validador-iti> caso deseje validar a assinatura!

BANESTES SEGUROS S.A.						
Rua Cassiano Antonio Moraes, 60 - Enseada do Suá - Vitória - ES						
CNPJ: 27.053.230/0001-75						
www.banestesseguros.com.br						
21. Encargos trabalhistas, impostos e contribuições						
21.1. Encargos trabalhistas						
	31/12/2022		31/12/2023	31/12/2022		
	Auto	Vida				
Provisão de Prêmios não Ganhos (PPNG/RVE)	89.808	6.026	3.985	99.819		
Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG/RVNE)	3.296	89	20	3.405		
Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL)*	30.039	10.488	57	40.584		
Provisão de Sinistros Ocorridos Mas Não Suficientemente Avisados (IBNER)	150	636	-	786		
Provisão de Sinistros Ocorridos Mas Não Avisados (IBNR)	1.877	7.379	4	9.260		
Provisão de Despesas Relacionadas (PDR)	1.298	196	9	1.503		
Total das provisões	126.468	24.814	4.075	155.357		
(*) Na constituição da PSL Judicial reconhecemos R\$ 2.680 com despesas financeiras, conforme ne 25.12						
20.2. Movimentação das provisões técnicas e custos de aquisição diferidos						
20.2.1. Movimentação das provisões técnicas de seguros						
A movimentação das provisões técnicas - seguros, registrada no passivo circulante, está assim apresentada:						
	Saldo em 31/12/2022	Constituição	Reversão e pagamento	Saldo em 31/12/2023		
Provisão de Prêmios Não Ganhos Emitidos (PPNG/RVE)	99.819	4.380	(17.632)	86.567		
Provisão de Prêmios Não Ganhos Não Emitidos (PPNG/RVNE)	3.405	1.547	(2.341)	2.611		
Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL)	40.584	193.691	(193.713)	40.562		
Provisão de Sinistros Ocorridos Mas Não Suficientemente Avisados (IBNER)	786	-	(786)	-		
Provisão de Sinistros Ocorridos mas Não Avisados (IBNR)	9.260	4.320	(2.344)	11.236		
Provisão de Despesas Relacionadas (PDR)	1.503	725	(401)	1.827		
Provisão Matemática de Benefícios a Conceder (PMBaC)	-	-	-	-		
Total das provisões	155.357	204.663	(217.217)	142.803		
	Saldo em 31/12/2021	Constituição	Reversão e pagamento	Saldo em 31/12/2022		
Provisão de Prêmios Não Ganhos Emitidos (PPNG/RVE)	44.164	56.391	(736)	99.819		
Provisão de Prêmios Não Ganhos Não Emitidos (PPNG/RVNE)	1.208	3.805	(1.608)	3.405		
Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL)	27.293	16.092	(2.801)	40.584		
Provisão de Sinistros Ocorridos Mas Não Suficientemente Avisados (IBNER)	(731)	1.537	(20)	786		
Provisão de Sinistros Ocorridos mas Não Avisados (IBNR)	7.055	2.448	(243)	9.260		
Provisão de Despesas Relacionadas (PDR)	877	1.252	(626)	1.503		
Provisão Matemática de Benefícios a Conceder (PMBaC)	6.861	353	(7.214)	-		
Total das provisões	86.727	81.877	(13.248)	155.357		
20.2.2. Movimentação dos custos de aquisição diferidos						
A movimentação dos custos de aquisição diferidos, registrada no ativo, que correspondem às despesas de comercialização diretamente alocadas aos riscos, está assim apresentada:						
	Saldo em 31/12/2022	Constituições	Reversões e pagamentos	Saldo em 31/12/2023		
Custo de aquisição diferido (RVE)	21.967	1.371	(3.089)	20.249		
Custo de aquisição diferido (RVNE)	677	306	(456)	527		
Total dos custos de aquisição diferidos	22.644	1.677	(3.545)	20.776		
	Saldo em 31/12/2021	Constituições	Reversões e pagamentos	Saldo em 31/12/2022		
Custo de aquisição diferido (RVE)	11.584	10.678	(295)	21.967		
Custo de aquisição diferido (RVNE)	191	787	(302)	677		
Total dos custos de aquisição diferidos	11.775	11.465	(597)	22.644		
20.3. Tabela de desenvolvimento de sinistros						
O desenvolvimento dos sinistros incorridos e os valores pagos referentes ao ano de aviso estão assim demonstrados:						
Posição em 31/12/2023						
Avisados (Até)	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2023
No final do ano evento	801.702	72.740	74.909	117.680	150.664	192.281
Após um ano	800.658	73.287	74.909	118.938	152.484	-
Após dois anos	802.467	74.368	75.592	119.422	-	-
Após três anos	803.350	74.730	75.579	-	-	-
Após quatro anos	804.216	74.713	-	-	-	-
Após cinco anos	803.463	-	-	-	-	-
Pagamentos						
No ano evento	774.913	63.544	64.434	104.461	124.992	165.197
Após um ano	13.300	8.328	9.487	12.681	25.396	-
Após dois anos	1.631	544	391	488	-	-
Após três anos	1.532	213	60	-	-	-
Após quatro anos	960	129	-	-	-	-
Após cinco anos	872	-	-	-	-	-
Pagamentos acumulados	793.208	72.758	74.372	117.630	150.388	165.197
Incorridos	803.463	74.713	75.579	119.422	152.484	192.281
(-) Pagos	(793.208)	(72.758)	(74.372)	(117.630)	(150.388)	(165.197)
PSL Ramos Próprios						44.389
(-) Estimativas Salvadas e Ressarcimentos						(3.827)
PSL Total	10.255	1.955	1.207	1.792	2.096	27.084
Posição em 31/12/2022						
Avisados (Até)	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2022
No final do ano evento	733.112	68.486	72.740	74.909	117.680	150.664
Após um ano	733.215	69.242	73.287	74.909	118.938	-
Após dois anos	731.416	69.920	74.368	75.592	-	-
Após três anos	732.548	70.336	74.730	-	-	-
Após quatro anos	733.014	70.825	-	-	-	-
Após cinco anos	733.391	-	-	-	-	-
Pagamentos						
No ano evento	705.532	57.766	63.544	64.434	104.461	124.967
Após um ano	11.616	10.249	8.328	9.487	12.681	-
Após dois anos	3.051	407	544	391	-	-
Após três anos	1.224	288	213	-	-	-
Após quatro anos	1.244	218	-	-	-	-
Após cinco anos	742	-	-	-	-	-
Pagamentos acumulados	723.409	68.928	72.629	74.312	117.142	124.967
Incorridos	733.391	70.825	74.730	75.592	118.938	150.664
(-) Pagos	(723.409)	(68.928)	(72.629)	(74.312)	(117.142)	(124.967)
PSL Ramos Próprios						42.752
(-) Estimativas Salvadas e Ressarcimentos						(2.169)
PSL Total	9.982	1.897	2.101	1.280	1.796	25.697

21.1. Encargos trabalhistas		31/12/2023	31/12/2022
Provisão de gratificações		70	41
Provisão para férias		1.242	1.240
Total		1.312	1.281

21.2. Impostos e contribuições		31/12/2023	31/12/2022
Imposto de renda		-	234
Contribuição social		-	112
Cofins		516	500
Pis/Pasep		84	81
Total		600	927

22. Provisões judiciais				
a) Composição do saldo contábil				
	Depósitos judiciais		Processos judiciais	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Ações fiscais - INSS (I)	7.761	7.395	394	376
Ações fiscais - PMV (II)	397	368	-	-
Subtotal - Fiscais	8.158	7.763	394	376
Ações trabalhistas	36	89	31	58
Subtotal - Trabalhistas	36	89	31	58
Ações cíveis não relacionadas a sinistros	1.002	903	883	651
Ações cíveis do convênio Dpvt	399	398	-	-
Subtotal - Cíveis	1.401	1.301	883	651
Total	9.595	9.153	1.308	1.085

Detalhamento dos principais processos e depósitos judiciais relacionados:

Ações Fiscais
 I. INSS - A Seguradora possui registrado em provisão o montante de R\$394 (R\$376 em 31/12/2023), referente às NFLDS 35.776.170-7 e 35.776.171-5 lançadas pelo INSS e referem-se basicamente a alegação de: reconhecimento de vínculo empregatício de empresa terceirizada de serviços de informática; e descumprimento de obrigação acessória com relação a GFIP, com correspondente depósito judicial de R\$7.761 (R\$7.395 em 31/12/2022) para garantia dos tributos discutidos judicialmente.
 II. ISS PMV - Trata-se de processo decorrente de autuação fiscal do Município de Vitória-ES, sob a alegação de que a Seguradora deixou de reter na fonte o ISSQN incidente sobre suposta prestação de serviço com mão-de-obra de colaboradores do Banestes S.A., cujos custos são integralmente ressarcidos. Neste processo, a Seguradora efetuou depósito judicial para garantia do tributo discutido judicialmente, sendo mantido atualizado em R\$397 (R\$368 em 31/12/2022).

b) Movimentação do saldo contábil				
	Saldo em 31/12/2022	Constituição/ Atualização	Reversão/ Pagamento	Saldo em 31/12/2023
	Contingências			
Trabalhistas	58	35	(62)	31
Cíveis	651	658	(426)	883
Fiscais	376	18	-	394
Total	1.085	711	(488)	1.308

	Saldo em 31/12/2021	Constituição/ Atualização	Reversão/ Pagamento	Saldo em 31/12/2022
	Contingências			
Trabalhistas	53	7	(2)	58
Cíveis	590	287	(226)	651
Fiscais	360	16	-	376
Total	1.003	310	(228)	1.085

c) Natureza das contingências
 A Seguradora mantém provisão para contingências sob as seguintes rubricas: Contingências Fiscais, Trabalhistas e Cíveis - de acordo com a estimativa de perda, acrescidos dos honorários advocatícios.

d) Detalhamento dos processos judiciais por natureza de risco de perda								
31/12/2023	Fiscais		Trabalhistas		Cíveis		Total	
	Risco	Qtd	Vr Contab.	Qtd	Vr Contab.	Qtd	Vr Contab.	Qtd
Provável	-	-	1	31	6	382	7	413
Possível	2	394	-	-	26	501	28	895
Remota	-	-	-	-	5	-	5	0
Total	2	394	1	31	37	883	40	1.308

31/12/2022	Fiscais		Trabalhistas		Cíveis		Total	
	Risco	Qtd	Vr Contab.	Qtd	Vr Contab.	Qtd	Vr Contab.	Qtd
Provável	-	-	1	58	1	184	2	242
Possível	2	376	-	-	34	467	36	843
Remota	-	-	-	-	3	-	3	-
Total	2	376	1	58	38	651	41	1.085

23. Outros Débitos					
23.1. Passivos de Arrendamentos					
	Saldo em 31/12/2022	Adições	Baixas	Depreciação	Saldo em 31/12/2023
Imóveis	-	760	-	(634)	126
Veículos	-	1.146	(6)	(143)	997
Total	-	1.906	(6)	(777)	1.123

24. Patrimônio líquido

24.1. Capital social
 O capital social é constituído por 1.435.647 ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas, com o correspondente a 100% (cem por cento) das ações ordinárias pertencentes ao BANESTES S.A., acionista único.
 Em 05/12/2023 decidiu em Assembleia Geral Extraordinária (AGE), dentre outros assuntos, o agrupamento de ações, passando de 14.791.405.093 ações para 743.623, a partir da razão de 1/19891, conforme Voto BANESTES/PRESI 216/2023 do acionista único, e ainda o aporte de capital no valor de R\$100.000.030,25, correspondente a 692.024 ações, que somadas perfazem as atuais 1.435.647 ações. O ato foi comunicado à SUSEP conforme Processo 15414.651541/2023-19, aguardando a devida homologação da supervisora.

24.2. Reservas de lucros
 O lucro líquido, como definido no artigo 191, da Lei nº 6.404/76, depois de computada a CSLL, apurado em cada balanço anual terá, pela ordem:
24.2.1. Reserva legal
 São destinados 5% (cinco por cento) do lucro líquido, antes de qualquer destinação, para constituição da Reserva Legal, que não excederá a 20% (vinte por cento) do Capital Social. No exercício em que o saldo da Reserva Legal acrescido dos montantes das Reservas de Capital de que trata o § 1º do artigo 182 da Lei nº 6.404/76 exceder 30% (trinta por cento) do Capital Social, não será obrigatória a destinação de parte do lucro líquido do exercício para a Reserva Legal.
24.2.2. Reservas estatutárias
 São constituídas do lucro líquido do exercício após as deduções legais e dividendos até atingir o limite de 50% (cinquenta por cento) do Capital Social, conforme estabelecido no Estatuto Social.
24.3. Ajustes de avaliação patrimonial
 Referem-se aos ajustes de perdas atuariais reconhecidos na Seguradora com títulos e valores mobiliários.
24.4. Demonstrativo do cálculo e pagamentos dos dividendos
 O Estatuto Social confere direitos a dividendos entre 25% e 60% sobre o lucro líquido ajustado do exercício social determinados em AGE realizada em 05/12/2023, nos termos do artigo nº 202 da Lei nº 6.404/76. Conforme faculta a Lei nº 9.249/95.

		31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido do exercício		34.190	22.518
Reserva legal		(1.709)	(1.126)
Reservas de reavaliação transferidas para lucros acumulados		12	-
Base de cálculo de dividendos		32.493	21.392
Dividendo mínimo - 25%		8.121	14.974
Total de dividendos a pagar		8.121	14.974

(*) Em 31/12/2022 foram distribuídos dividendos no percentual 70%.

Descrição	Data crédito/ destinação	Valor bruto por ação	Valor bruto	Data
Dividendos	31/12/2023	5,6567	8.121	26/04/2024
Total em 31/12/2023			8.121	

Descrição	Data crédito/ destinação	Valor bruto por ação	Valor bruto	Data
Dividendos	30/06/2022	0,00075184	7.395	29/04/2023
	31/12/2022	0,		

BANESTES SEGUROS S.A.		Rua Cassiano Antonio Moraes, 60 - Enseada do Suá - Vitória - ES		CNPJ: 27.053.230/0001-75		www.banestesseguros.com.br	
24.5. Patrimônio líquido ajustado e capital mínimo requerido (incluindo níveis de PLA e qualidade de cobertura do CMR)							
	31/12/2023	31/12/2022					
PLA - Nível 1							
Patrimônio líquido	227.181	98.455					
(-) Participação em soc. financeiras e não financeiras, nacionais ou no exterior	(258)	(258)					
(-) Despesas antecipadas	(176)	(494)					
(-) Crédito tributário de diferenças temporárias limitados a 15% CMR	(2.629)	(2.524)					
(-) Imóveis urbanos (e direitos de vendas) limitados a 14% ativo total ajustado	(275)	(425)					
(-) Obras de arte	(3)	(3)					
(-) Ativos intangíveis	(2.088)	(2.124)					
Total PLA - Nível 1	221.752	92.627					
PLA - Nível 2							
(+/-) Ajustes associados à variação dos valores econômicos	13.367	6.844					
Total PLA - Nível 2	13.367	6.844					
PLA - Nível 3							
(+) Créditos tributários de diferenças temporárias limitados a 15% CMR	2.629	2.524					
(+) Imóveis urbanos (e direitos de vendas) limitados a 14% ativo total ajustado	275	425					
Total PLA - Nível 3	2.904	2.949					
TOTAL PLA 1+2+3-AJUSTE DE EXCESSO DE PLA DE NÍVEL 2 E DE NÍVEL 3	238.023	102.420					
Capital base (I)	8.100	8.100					
Capital adicional de risco de subscrição	51.748	46.280					
Capital adicional de risco de crédito	2.909	2.390					
Capital adicional de risco operacional	1.977	1.577					
Capital adicional de risco de mercado	18.603	12.529					
Capital risco (II) *	62.733	53.731					
Capital mínimo requerido (CMR) - (maior entre (I) e (II))	62.733	53.731					
Suficiência de capital (PLA - CMR)	175.291	48.688					
Liquidez sobre o CMR (20%)	12.547	10.746					
Excedente de liquidez - nota 6.4	35.119	17.414					
(*) O demonstrativo acima encontra-se em conformidade com a Resolução CNSP nº 432/2021, sobretudo o cálculo do capital de risco em que utiliza-se Matriz de Correlação definida na referida legislação.							
25. Detalhamento das contas das demonstrações de resultado							
25.1. Prêmios emitidos							
	31/12/2023	31/12/2022					
Prêmios - riscos emitidos	334.273	323.609					
Prêmios cancelados	351.930	332.039					
Prêmios restituídos	(16.891)	(11.692)					
Prêmios - riscos vigentes não emitidos	(424)	(243)					
Total	(342)	3.505					
25.2. Variações das provisões técnicas de prêmios e contribuições							
25.2.1. Danos e Pessoas							
	31/12/2023	31/12/2022					
Provisão de Prêmios Não Ganhos	14.046	(57.852)					
Total	14.046	(57.852)					
25.2.2. Constituição da provisão de benefícios a conceder							
	31/12/2023	31/12/2022					
Provisão Matemática de Benefícios a Conceder	-	(190)					
Total	-	(190)					
25.3. Prêmios Ganhos, Sinistralidade e Comercialização por Grupo de Ramos							
	Prêmios Ganhos		Sinistralidade (%)		Comercialização (%)		
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	
Automóvel	175.091	116.473	65,7	71,6	19,6	21,6	
Pessoas	165.161	142.094	37,7	41,2	18,4	17,3	
Patrimonial	8.067	7.190	4,1	2,9	40,9	36,1	
Total	348.319	265.757	51,0	53,5	19,5	19,7	
25.4. Sinistros ocorridos							
	31/12/2023	31/12/2022					
Indenizações avisadas	(177.651)	(142.183)					
Despesas com sinistros	(193.139)	(151.138)					
Despesas com sinistros	(5.193)	(4.354)					
Variação Prov. Sinistros Ocorridos Mas Não Avisados - Direto	(1.975)	(2.205)					
Variação Prov. Sinistros Ocorridos Mas Não Suf. Avisados - IBNeR	785	(1.516)					
Salvados e Ressarcimentos	20.213	15.706					
Variação Estimativa de Salvados e Ressarcidos	1.658	1.324					
Total	(68.037)	(52.420)					
Comissões sobre prêmios emitidos	(66.170)	(63.288)					
Variação das despesas de comercialização diferidas	(1.867)	10.868					
25.5. Custos de aquisição							
	31/12/2023	31/12/2022					
Comissões sobre prêmios emitidos	(66.170)	(63.288)					
Variação das despesas de comercialização diferidas	(1.867)	10.868					
25.6. Rendas de contribuições e prêmios							
	31/12/2023	31/12/2022					
Prêmios Diretos (VGBl)	-	353					
Total	-	353					
25.7. Receitas de contribuições e prêmios de VGBl							
	31/12/2023	31/12/2022					
VGBl	-	163					
Total	-	163					
25.8. Outras receitas e despesas operacionais							
	31/12/2023	31/12/2022					
Receitas com operações de seguros	(13.281)	(17.410)					
Receitas com regulação consórcio Dpvt	779	558					
Receitas com reversão de provisões judiciais	17	127					
Demais receitas	485	338					
Despesas com cobrança - Direto	(1)	-					
Despesas com inspeção de risco	(1.958)	(1.388)					
Despesas com inspeção de risco	(1.349)	(1.491)					
Redução ao valor recuperável - prêmios a receber	(12)	(25)					
Redução ao valor recuperável - salvados	(1.082)	-					
Despesas com operações de seguros	(9.081)	(10.834)					
Despesas de cooperação técnica - Banestes	-	(3.340)					
Despesas com rede de atendimento - terceiros	-	(959)					
Despesas com provisões judiciais	(576)	(201)					
Demais despesas	(503)	(195)					
Total	(13.281)	(17.410)					
25.9. Resultado com Resseguro							
	31/12/2023	31/12/2022					
Receitas com resseguro	(2.126)	6.077					
Indenizações de sinistros	11.183	12.650					
Variação com IBNR	11.179	12.584					
Despesas com resseguro	4	66					
Prêmios de resseguro	(13.309)	(6.573)					
Variação - PPNG	(13.543)	(6.646)					
Total	234	73					
25.10. Despesas administrativas							
	31/12/2023	31/12/2022					
Pessoal próprio	(34.849)	(25.444)					
Serviços de terceiros	(20.305)	(17.959)					
Cooperação técnica - Banestes	(3.141)	(2.238)					
Rede de atendimento - terceiros	(3.879)	-					
Localização e funcionamento	(2.381)	-					
Publicidade e propaganda institucional	(3.577)	(3.258)					
Publicações	(722)	(1.031)					
Donativos e contribuições	(106)	(106)					
Despesas administrativas diversas	(133)	(187)					
Despesas administrativas com Seguradora Líder do consórcio DPVAT	(173)	(302)					
Total	(432)	(363)					
25.11. Despesas com tributos							
	31/12/2023	31/12/2022					
Impostos federais	(9.874)	(8.472)					
Impostos estaduais	(4)	(3)					
Impostos municipais	(5)	(3)					
Cofins	(22)	(11)					
Pis/Pasep	(7.646)	(6.452)					
Taxa de fiscalização	(1.243)	(1.049)					
Total	(954)	(954)					
25.12. Resultado financeiro							
	31/12/2023	31/12/2022					
Receitas financeiras	16.945	13.968					
Receitas com títulos de renda fixa privados	18.038	17.426					
Receitas com títulos de renda fixa públicos	-	470					
Receitas com títulos de renda variável	14.394	13.985					
Receitas com operações de seguros	-	1					
Fundos de investimento	219	183					
Outras receitas financeiras	2.862	2.282					
Despesas financeiras	563	505					
Despesas com títulos de renda variável	(1.093)	(3.458)					
Despesas com Títulos de Renda Fixa	(142)	(185)					
Despesas com operações de seguros	-	(165)					
Despesas com provisões técnicas - Vida	(552)	(2.680)					
Outras despesas financeiras	-	(167)					
Despesas com passivos de arrendamento	(259)	(261)					
Total	(140)	-					
25.13. Resultado patrimonial							
	31/12/2023	31/12/2022					
Receitas com imóveis destinados à renda	685	571					
Despesas com imóveis destinados à renda	704	606					
Total	(19)	(35)					
25.14. Ganhos ou perdas com ativos não correntes							
	31/12/2023	31/12/2022					
Resultado na alienação de bens do ativo permanente	(131)	(231)					
Total	(131)	(231)					
26. Transações com partes relacionadas							
As operações realizadas entre partes relacionadas, com o BANESTES S.A. e Banestes Administradora e Corretora de Seguros, Previdência e Capitalização Ltda., são efetuadas a valores, prazos e taxas pactuados contratualmente. Na data destas demonstrações estavam assim demonstradas:							
	Ativo (Passivo)		Receita (Despesa)				
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022			
Banestes S.A.							
Depósitos	2.211	2.332	-	-			
Aplicações financeiras - Operações compromissadas	100.667	-	667	13			
Receita com aluguel	-	-	704	540			
Receita com taxa de gestão	-	-	-	29			
Despesas de aluguel	-	-	-	-			
Juros sobre o capital próprio e dividendos	(8.120)	(14.975)	-	-			
Tarifas c/ operações de cobrança/arrecadação	-	-	(510)	(555)			
Despesa com custódia	(4)	(4)	(49)	(49)			
Despesas c/convênio de cooperação técnica	(323)	(278)	(3.879)	(3.340)			
Banestes Corretora							
Comissão de Seguros	-	-	(39.224)	(30.114)			
27. Despesas de imposto de renda e contribuição social							
	31/12/2023		31/12/2022				
	Imposto de renda	Contrib. Social	Imposto de renda	Contrib. Social			
Resultado antes da tributação e participações	60.000	60.000	40.406	40.406			
Participações estatutárias no lucro (PLR)	(3.777)	(3.777)	(3.101)	(3.101)			
Base de cálculo	56.223	56.223	37.304	37.304			
Adições/(exclusões) de caráter permanente	66	(467)	84	(323)			
Adições/(exclusões) de caráter temporário	(130)	(130)	(206)	(206)			
Lucro tributável antes das compensações	56.159	55.626	37.182	36.775			
Alíquota normal IRPJ (15%) e CSLL (15% e 16%)	8.424	8.344	5.666	5.666			
Adicional de imposto de renda (10%)	5.592	-	3.694	-			
Valores devidos	14.016	8.344	9.271	5.666			
Programa de Alimentação ao Trabalhador (PAT)	(337)	-	(223)	-			
Doações FIA/Incentivos Fiscais - Patrocínios - Emp. Cidadã	(17)	-	(5)	-			
Imposto de renda e CSLL a pagar</							

superávit, de forma a se definir se existe, com um alto grau de certeza, a possibilidade da empresa obter um benefício financeiro decorrente do superávit apresentado nos planos de benefícios.
 Com base em parecer de atuário independente, a seguir são apresentadas as informações pertinentes aos planos de aposentadoria da Seguradora, em conformidade com a Resolução CVM n.º 110/2022 e CPC 33 (R1):

Nome do Plano	Plano I e II Aposentadoria	
Exercício fiscal findo em	31/12/2023	31/12/2022
A. Reconciliação da obrigação de benefício definido		
1. Obrigação de benefício definido no final do ano anterior	38.333	39.964
2. Custo do serviço	-	-
a. Custo do serviço corrente	38	21
b. Custo do serviço passado	-	-
c. (Ganho) / perda decorrente de liquidação antecipada do plano	-	-
3. Custo dos juros	4.498	4.233
4. Fluxos de caixa	-	-
a. Benefício pago pelo plano líquido contribuições assistidos	(3.007)	(2.922)
b. Benefício pago diretamente pela empresa	-	-
c. Pagamento decorrente de liquidação antecipada do plano	-	-
5. Outros eventos significativos	-	-
a. Aumento / (redução) decorrente de fusão / alienação / transferência	-	-
b. Aumento / (redução) decorrente de fusão de plano	-	-
6. Redimensionamento da obrigação	-	-
a. Efeito da alteração de premissas demográficas	-	-
b. Efeito da alteração de premissas financeiras	69	(1.804)
c. Efeito da experiência do plano	37	(1.159)
7. Efeito da mudança da taxa de câmbio	-	-
8. Obrigação de benefício definido no final do ano	39.968	38.333
B. Reconciliação do valor justo do ativo do plano	31/12/2023	31/12/2022
1. Valor justo do ativo do plano no final do ano anterior	42.853	46.096
2. Juros sobre o valor justo do ativo do plano	5.029	4.883
3. Fluxos de caixa	-	-
a. Contribuição Participante	515	460
b. Contribuição Patrocinador	381	389
c. Benefício pago pelo plano líquido contribuições assistidos	(3.007)	(2.922)
d. Benefício pago diretamente pela empresa	-	-
e. Pagamento decorrente de liquidação antecipada do plano	-	-
f. Despesa administrativa paga pelo ativo do plano	-	-
g. Imposto pago pelo ativo do plano	-	-
h. Prêmio de seguro para benefício de risco	-	-
4. Outros eventos significativos	-	-
a. Aumento / (redução) decorrente de fusão / alienação / transferência	-	-
b. Aumento / (redução) decorrente de fusão de plano	-	-
5. Redimensionamento do valor justo do ativo do plano	-	-
a. Rendimento do valor justo do ativo do plano (deduzido dos juros sobre o valor justo do ativo)	(2.221)	(6.053)
6. Efeito da mudança da taxa de câmbio	-	-
7. Valor justo do ativo do plano no final do ano	43.550	42.853
C. Valor reconhecido no balanço patrimonial da empresa	31/12/2023	31/12/2022
1. Obrigação de benefício definido	39.968	38.333
2. Valor justo do ativo do plano	(43.550)	(42.853)
3. Situação financeira do plano	(3.581)	(4.521)
4. Efeito do limite máximo teto ativo	3.581	-
5. Passivo / (Ativo) líquido	-	(4.521)
D. Componentes do custo / (receita) de benefício definido do exercício	31/12/2023	31/12/2022
1. Custo do serviço		
a. Custo do serviço corrente deduzido das contribuições de participantes ativos	(477)	(439)
b. Custo do serviço passado	-	-
c. (Ganho) / perda decorrente de liquidação antecipada do plano	-	-
d. Custo total do serviço	(477)	(439)
2. Custo líquido dos juros		
a. Juros sobre a obrigação de benefício definido	4.498	4.233
b. Juros / (rendimento) sobre o valor justo do ativo do plano	(5.028)	(4.883)
c. Juros / (rendimento) sobre o direito reembolsável	-	-
d. Juros sobre o (limite máximo de reconhecimento de ativo) / passivo oneroso	-	-
e. Custo líquido total dos juros	(530)	(650)
3. Redimensionamento de outro benefício de longo prazo	-	-
4. Despesa administrativa e imposto	-	-
5. Custo da obrigação de benefício definido incluído no resultado da empresa	(1.007)	(1.089)
E. Componentes do custo / (receita) de benefício definido para o próximo exercício	31/12/2023	31/12/2022
1. Custo do serviço		
a. Custo do serviço corrente	34	38
Custo do serviço corrente bruto	34	38
Contribuições esperadas de ativos para próximo exercício	-	-
b. Custo do serviço passado	-	-
c. (Ganho) / perda decorrente de liquidação antecipada do plano	-	-
d. Custo total do serviço	34	38
2. Custo líquido dos juros		
a. Juros sobre a obrigação de benefício definido	3.779	4.498
b. Juros / (rendimento) sobre o valor justo do ativo do plano	(4.118)	(5.028)
c. Juros / (rendimento) sobre o direito reembolsável	339	-
d. Juros sobre o (limite máximo de reconhecimento de ativo) / passivo oneroso	-	-
e. Custo líquido total dos juros	-	(531)
3. Redimensionamento de outro benefício de longo prazo	-	-
4. Despesa administrativa e imposto	-	-
5. Custo da obrigação de benefício definido incluído no resultado da empresa	34	(493)

F. Movimentação do Passivo Líquido	31/12/2023	31/12/2022
1. Passivo/(Ativo) líquido no final do exercício anterior	(4.521)	(6.132)
2. Despesa do ano	(1.007)	(1.089)
3. Pagamento de contribuições patrocinadora	(381)	(389)
4. (Ganhos)/Perdas atuariais do exercício	2.328	3.089
5. Variação no teto do ativo	-	-
6. Resultado da obrigação de benefício definido incluído em outros resultados abrangentes	-	-
7. Passivo/(Ativo) líquido no final do exercício	(3.581)	(4.521)

Principais premissas atuariais	31/12/2023	31/12/2022
Média Ponderada das premissas para determinar a obrigação de benefício definido		
1. Taxa nominal de desconto	9,46%	11,73%
2. Taxa de desconto atuarial	5,35%	6,10%
3. Taxa nominal de crescimento salarial	4,94%	6,36%
4. Taxa de inflação estimada no longo prazo	3,90%	5,31%

Média ponderada de premissas para determinar o custo / (receita) do benefício definido	31/12/2023	31/12/2022
1. Taxa nominal de desconto	11,73%	10,59%
2. Taxa de desconto atuarial	6,10%	5,30%
3. Taxa nominal de crescimento salarial	6,36%	6,08%
4. Taxa de inflação estimada no longo prazo	5,31%	5,03%
5. Tábua de mortalidade geral	AT-2000 Suavizada 20% por sexo	AT-2000 Suavizada 10% por sexo
Expectativa de vida esperada para aposentadoria aos 65 anos		
1. Aposentadoria hoje (idade atual 55 anos)	30,54	30,54
2. Aposentadoria daqui a 25 anos (idade atual 30 anos)	54,12	54,12

Análise de Sensibilidade nas Hipóteses	31/12/2023	31/12/2022
Taxa nominal de desconto		
1. Taxa nominal de desconto -1,0%	44.100	42.155
Premissa da análise	8,42%	10,68%
2. Taxa nominal de desconto +1,0%	36.484	35.103
Premissa da análise	10,49%	12,79%

Fluxos de Caixa Esperado para os próximos anos	31/12/2023	31/12/2022
1. Contribuição esperada a ser paga pela empresa	-	-
2. Contribuição esperada da empresa para direito reembolsável	-	-
3. Total previsto de pagamentos de benefícios pelo plano		
Ano 1	3.398	3.447
Ano 2	3.330	3.378
Ano 3	3.264	3.311
Ano 4	3.198	3.244
Ano 5	3.134	3.180
Próximos 5 anos	14.756	14.969

Estatísticas dos Participantes	31/12/2023	31/12/2022
1. Data Base do Cadastro	01/10/2023	01/10/2022
2. Ativos e Autopatrocínados		
a. Quantidade	38	39
b. Folha anual de salários de participação	5.616	5.482
c. Salário de participação médio anual	148	141
d. Idade média	51,11	49,90
e. Tempo de serviço médio	26,01	24,67
3. Aposentados e Pensionistas		
a. Quantidade	69	61
b. Benefício médio anual	2.123	1.957
c. Idade média	67,55	66,60

29.2 Assistência à Saúde
 A Seguradora também é um dos patrocinadores da Caixa de Assistência dos Empregados do Sistema Financeiro Banestes (SFB) - BANESCAIXA, associação com personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, voltada para assistência à saúde, na modalidade de autogestão.

No exercício de 2023, a contribuição mensal da patrocinadora equivaleu a 50% do valor estabelecido na tabela por faixa etária, para cada empregado, o que correspondeu a R\$ 198 (R\$ 205 em 2022).

29.3 Outros Benefícios Concedidos a Empregados
 A Seguradora oferece também aos seus empregados outros benefícios, tais como seguro de vida, acidentes pessoais, treinamento profissional e plano odontológico, cujo montante dessas despesas, incluindo as contribuições mencionadas acima, totalizaram no exercício de 2023 R\$ 101 (R\$ 45 em 2022).

30. Consórcio DPVAT
 Em atendimento a CIRCULAR SUSEP n.º 648 de 12/11/2021, e alterações posteriores, a Seguradora alterou a forma de contabilização das operações referente aos Consórcio DPVAT, registrando apenas os valores a receber/pagar referente a apuração mensal da margem de resultado e seu devido recebimento/pagamento, de acordo com o determinado nas orientações da SUSEP.

Em 24 de novembro de 2020 através da Assembleia Geral conforme previsto no instrumento do consórcio, motivado pelo anúncio de saída de 36 seguradoras, dentre elas a Banestes Seguros S.A., foi deliberado a dissolução do Consórcio do Seguro DPVAT a partir de 1º de janeiro de 2021. A dissolução do Consórcio significou a vedação de quaisquer novas subscrições de riscos pela Seguradora Líder em nome das consorciadas, ficando a Seguradora Líder designada a administrar o *run-off* dos ativos, passivos e negócios do Consórcio DPVAT realizados até dezembro de 2020. A Seguradora Líder permanecerá responsável por operar o seguro DPVAT em *run-off* até a extinção de todas as obrigações e a Banestes Seguros permanecerá com seus direitos e obrigações na forma do Instrumento do Consórcio, inclusive com a obrigação de participar das receitas e despesas referentes à operação do Seguro DPVAT na proporção de suas respectivas quotas.

Em 14 de fevereiro de 2022, as seguradoras participantes do Consórcio DPVAT receberam comunicado da Seguradora Líder relativo ao Processo Administrativo SUSEP nº 15414.604989/2020-92, cujos desdobramentos foi objeto de análise em seus aspectos jurídicos e econômicos, em conjunto com a Seguradora Líder, no decorrer do exercício de 2022. Até o momento, não foram identificados fatos relevante que impactasse o patrimônio líquido da Seguradora.

Carlos Roberto Rafaell
 Diretor-Presidente

Rômulo de Souza Costa
 Diretor de Controles Internos

Flávio Wagner Gaudio de Souza
 Contador - CRC-ES 12130/O-8

Silvano Marcio Kiefer
 Diretor de Operações

Tiago de Angelis Karlinski
 Atuário - Miba nº 2657

PARECER DOS AUDITORES ATUARIAIS INDEPENDENTES

Aos Acionistas e Administradores da Banestes Seguros S.A. Vitória - ES

Escopo da auditoria

Examinamos as provisões técnicas, os ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção, descritos no anexo deste relatório, da Banestes Seguros S.A. ("Seguradora"), em 31 de dezembro de 2023, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

Responsabilidade da Administração

A Administração da Seguradora é responsável pelas provisões técnicas, pelos ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção, descritos no anexo deste relatório, elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo IBA e com as normas da SUSEP e do CNSP, e pelos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos atuários independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre os itens auditados, relacionados no parágrafo de introdução a este parecer, com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto

Brasileiro de Atuária - IBA. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os respectivos itens auditados estão livres de distorção relevante.

Em relação ao aspecto da solvência, nossa responsabilidade está restrita à adequação dos demonstrativos da solvência e do capital mínimo da Seguradora e não abrange uma opinião sobre as condições para fazer frente às suas obrigações correntes e ainda apresentar uma situação patrimonial e uma expectativa de lucros que garantam a sua continuidade no futuro.

Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas, dos ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção, descritos no anexo deste relatório. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro.

Nessas avaliações de risco, o atuário considera os controles internos relevantes para o cálculo e elaboração das provisões técnicas, dos ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção descritos nas notas explicativas integrantes das demonstrações financeiras da Seguradora para planejar procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos da Seguradora.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

continua...




Assinado Digitalmente por: NASSAU EDITORA RADIO E TV LTDA EM RECUPERACAO JUD:27065150000130 - Em: 28/02/2024

Certificado emitido por: CN=AC CONSULTI BRASIL RFB, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, O=ICP-Brasil, C=BR

Acesse: <https://tribunaonline.com.br/validador-iti> caso deseje validar a assinatura!

...continuação



BANESTES SEGUROS S.A.

Rua Cassiano Antonio Moraes, 60 - Enseada do Suá - Vitória - ES

CNPJ: 27.053.230/0001-75

www.banestesseguros.com.br

PARECER DOS AUDITORES ATUARIAIS INDEPENDENTES

Opinião
 Em nossa opinião, as provisões técnicas, os ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção, descritos no anexo deste relatório, da Banestes Seguros S.A. em 31 de dezembro de 2023 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2024

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Consultores Ltda.
 CNPJ: 02.189.924/0001-03
 CIBA 45
João Batista da Costa Pinto
 MIBA 944

Outros assuntos
 No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Seguradora e utilizadas em nossa auditoria atuarial, com base em testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, com base em testes aplicados sobre amostras, observamos divergências na correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à Susep por meio dos respectivos Quadros Estatísticos e/ou FIP de sinistros, para o exclusivamente nos quadros concernentes ao escopo da auditoria atuarial, em seus aspectos mais relevantes. Todavia, essas divergências não trouxeram distorção relevante na apuração dos referidos itens e, assim, não impactaram nossa opinião descrita anteriormente.

ANEXO I
 Demonstrativo do Parecer dos Auditores Atuariais Independentes. Demonstrativo dos limites de retenção (Valores expressos em R\$ mil)

Ramo	Dezembro de 2023
114, 118, 171, 520, 542, 1329, 1377, 1381, 1390	1.500
553	5.000
531, 929, 977, 982, 990, 993	2.500

* * * * *

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da Banestes Seguros S.A.
Vitória - ES
Opinião
 Examinamos as demonstrações financeiras da Banestes Seguros S.A. "Seguradora", que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.
 Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Banestes Seguros S.A. em 31 de dezembro de 2023 o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Base para opinião
 Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Seguradora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores
 A Administração da Seguradora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.
 Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.


Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras
 A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.
 Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Seguradora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Seguradora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras
 Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.
 Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião.
- A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras: (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Seguradora e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras.
- Ao planejarmos a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria.
- A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou os valores fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações financeiras como um todo, para adequadamente reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto excedam a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo.
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Seguradora.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Seguradora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Seguradora a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 27 de fevereiro de 2024



KPMG Auditores Independentes
 CRC SP-014428/O-6 F-RJ
Marcelo Nogueira de Andrade
 Contador - CRC RJ-086312/O-6

Parecer do Conselho Fiscal

Declaramos ter examinado os Relatórios da Administração e as Demonstrações Financeiras da Banestes Seguros S.A, relativas ao exercício de 2023, compreendendo o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado, a Demonstração do Resultado Abrangente, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, a Demonstração dos Fluxos de Caixa, as Notas Explicativas, o Parecer do Auditor Atuarial Independente e o Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras, ambos sem ressalvas.
 Somos de parecer favorável à aprovação dos referidos documentos.

Vitória-ES, 27 de fevereiro de 2024.

Álvaro Rogério Duboc Farjado
 Conselheiro Efetivo

Gustavo Rocha Bulgareli Ferreira
 Conselheiro Efetivo

Suziane Cristine de Paula Mattos
 Conselheira Efetiva



Assinado Digitalmente por: **NASSAU EDITORA RADIO E TV LTDA EM RECUPERACAO JUD:27065150000130 - Em: 28/02/2024**
 Certificado emitido por: CN=AC CONSULTI BRASIL RFB, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, O=ICP-Brasil, C=BR
 Acesse: <https://tribunaonline.com.br/validador-iti> caso deseje validar a assinatura!

1898 BANESTES SEGUROS - BALANCO.pdf

Código do documento: 1898



Assinado por:



NASSAU EDITORA RADIO E TV LTDA EM RECUPERACAO JUD:27065150000130
Certificado Digital
E-mail: publicidade@grupotribunaonline.com.br

Registro de Eventos:

28 fev 2024, 00:01:00 - UPLOAD

Documento: 1898

Criado por: Melissa Roncetti **Email:** arte@redetribuna.com.br

DATE_ATOM: 2024-02-28T00:01:35-03:00

28 fev 2024, 00:01:35 - INÍCIO DO PROCESSAMENTO

Assinatura iniciada pelo Serviço de Assinaturas.

DATE_ATOM: 2024-02-28T00:01:35-03:00

28 fev 2024, 00:01:35 - ASSINATURA COM CERTIFICADO DIGITAL ICP-BRASIL

NASSAU EDITORA RADIO E TV LTDA EM RECUPERACAO JUD:27065150000130

E-Mail: publicidade@grupotribunaonline.com.br

Emissor do Certificado: CN=NASSAU EDITORA RADIO E TV LTDA EM RECUPERACAO
JUD:27065150000130, OU=videoconferencia, OU=RFB e-CNPJ A1, OU=Secretaria da Receita Federal do
Brasil - RFB, OU=47317285000152, L=VITORIA, S=ES, O=ICP-Brasil, C=BR

DATE_ATOM: 2024-02-28T00:01:35-03:00

Hash do documento original:

[SHA256]: ce1778d74decb56ad71480cb91fb415603acd3c62fedf62c53ef5f6a2dfb4c3b

[SHA512]: 40362b4fb68f07bf693edbf30477ee940896afe4267c5f5f0b2575a0fea4dd708953734376963fbfba69040fb07bdc663f463ea983eacc212fae93b2c40e98

Este certificado pertence única e exclusivamente aos documentos de HASH acima!

Este documento está assinado digitalmente com um certificado digital emitido por: AC CONSULTI BRASIL RFB